

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JOÃO VICTOR JARDIM MENDONÇA

Uma análise conjuntural do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC)

**SÃO PAULO
2018**

JOÃO VICTOR JARDIM MENDONÇA

Uma análise conjuntural do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC)

Versão Original

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

**SÃO PAULO
2018**

MENDONÇA, João Victor Jardim. **Uma análise conjuntural do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC)**. 2018. 66 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muita dedicação empenhada desde as reuniões de coordenação do movimento em São Paulo até as inúmeras visitas de campo ao assentamento. Por esses momentos, agradeço ao Sr. Zanon, Flávio Castro e à toda equipe do Movimento de Integração Campo e Cidade.

No entanto, ele não teria sido realizado se não fosse a colaboração de muitas pessoas. Antes de nominá-las, em um agradecimento especial, quero expressar o meu muito obrigado a Deus, por me acompanhar em todos os momentos de minha vida.

Agradeço aos meus pais, Martinho e Cristina, que tanto investiram na minha educação; à minha avó Djanira, pelo amor incondicional que tem me oferecido e a minha futura esposa, Kimberly, que sempre me acompanha e que não mediu esforços para minha chegada até esta etapa de minha vida.

Por fim, quero agradecer aos meus mestres, que me acompanharam e compartilharam todo o seu conhecimento. Certamente serão de grande valia para a minha construção acadêmica e profissional. Em especial ao Professor Dr. Júlio César Suzuki, por todo incentivo desde o cumprimento dos créditos da graduação até este trabalho de conclusão de curso.

*Em seu coração
o homem planeja o seu caminho,
mas o Senhor determina
os seus passos.*

Provérbios 16:9

RESUMO

MENDONÇA, João Victor Jardim. **Uma análise conjuntural do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC)**. 2018. 66 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho procura analisar o Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC), tendo como referência as categorias de propriedade, capital e trabalho, no bojo da reprodução das relações sociais. O movimento surgiu como uma interlocução eclesial de base motivada pelo anseio de corroborar com as lutas realizadas pelo Movimento Sem Terra (MST) para o assentamento de famílias instaladas nos assentamentos de Ibiúna e Iperó, nas imediações da capital paulista, com base nos preceitos da reforma agrária. As análises versam sobre a origem, a consolidação e a atuação do movimento, enquanto alternativa dissociada a lógica produtivista capitalista. O principal apoio do MICC aos pequenos produtores assentados consiste na realização de um pêndulo comercial, buscando os produtos agrícolas no campo e comercializando-os na cidade, surgindo como uma alternativa de renda fixa para que os agricultores possam continuar desenvolvendo suas práticas, propiciando aos consumidores urbanos, um produto de melhor qualidade, por um preço mais justo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de integração, campo, cidade, programa de sustentabilidade, MICC.

ABSTRACT

MENDONÇA, João Victor Jardim. **A conjunctural analysis of the Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC)**. 2018. 66 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This research tries to analyze the Movement of Integration Field and City (MICC), having as reference the categories of property, capital and labor, in the bulge of the reproduction of social relations. The movement emerged as a basic ecclesial dialogue motivated by the desire to corroborate with the struggles carried out by the MST to settlement families that are established in settlements at Ibiúna and Iperó, cities close to São Paulo capital, based on the precepts of the agrarian reform. The analyzes deal with the origin, consolidation and performance of the movement, as a dissociated alternative to the capitalist productivist logic. The mainly support of MICC to the small settled producers is to set a commercial pendulum, searching for agricultural products in the countryside and selling them in the city. They came a fixed income alternative and the farmers can continue to develop their practices and consumers with high quality products and fair price.

KEY WORDS: Integration movement, field, city, sustainability program, MICC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Vista da entrada do assentamento Iperó.....	18
FIGURA 2 – Comercialização em feirinhas.....	25
FIGURA 3 – Culturas perenes em linha.....	29
FIGURA 4 – Vista aérea da ocupação em 1992.....	32
FIGURA 5 – Distribuição produtiva no Sítio São Francisco.....	36
FIGURA 6 – Mapa do circuito espacial produtivo do MICC.....	37
FIGURA 7 – Mapa dos pontos de distribuição do MICC	38
FIGURA 8 – Tanque de tilápias usado na adubação natural	43
FIGURA 9 – Organização dos kits.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Valor arrecadado pelos produtores (R\$)	39
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Balanço Socioeconômico – MICC/Iperó 2017.....	39
TABELA 2 – Componentes dos Kits.....	40
TABELA 3 – Demonstrativo do PAA.....	46
TABELA 4 – Renda do PAA e perspectiva mensal.....	47

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
APPRI	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna
CF	Campanha da Fraternidade
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FLONA	Floresta Nacional
GCR	Grupos de Consumo Responsável
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MICC	Movimento de Integração Campo e Cidade
MST	Movimento dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	Organização não governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RARA	Rede de Apoio à Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – ENTRE A LUTA E A FORMAÇÃO DO MICC	21
CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	31
CAPÍTULO 3 – NOVAS DIMENSÕES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICES.....	57

INTRODUÇÃO

Esta monografia se trata do registro de pesquisa realizada, em virtude da conclusão de curso de graduação em Geografia e tem por objetivo geral compreender o Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC), tendo como referência as categorias de propriedade, capital e trabalho, no bojo da reprodução das relações sociais.

Para depreender a atuação do movimento, faremos nessa introdução um percurso metodológico. Apresentar um breve histórico do movimento; suas ações socioeducadoras; as mediações que organismos ligados à Igreja Católica exercem no movimento por meio das Pastorais da Terra e Fé e Política; a análise do processo de transição entre a agricultura tradicional para a agricultura orgânica, considerando todos os pequenos produtores que compõem a rede da associação e a consequente expansão da agricultura familiar, anexa à apropriação da terra, os circuitos produtivos e as formas de trabalho.

O MICC surgiu em 1986 como movimento social popular. É missão do movimento a atuação política em busca do bem comum, conscientizando e valorizando a força que tem a terra e quem nela trabalha, tendo estabelecido, desde sua fundação até os dias atuais, ações que o caracterizem como um movimento socioeducador.

Desde sua gênese, o movimento tem atuado na articulação campo-cidade, cuja pretensão é consolidar uma proposta de alimentação saudável pautada nos princípios da segurança alimentar. Dessa forma, embasa também um projeto político, social e pedagógico no que concerne à gestão do movimento como promotor de ideias relacionadas à organização popular e à preservação do ambiente.

Assim, como movimento socioeducador, acredita que é por meio das bases da agricultura familiar que o pequeno produtor pode garantir sua subsistência, propiciando condições favoráveis à reforma agrária, necessária em territórios brasileiros tão vastos e concentrados.

Compreender o MICC, sob a ótica da categoria *propriedade*, requer discutir o apoio do movimento a assentamentos de terra ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST), inteirando-se da realidade social do povo e denunciando as injustiças sociais.

Cabe ressaltar que o MICC iniciou suas atividades como uma rede de apoio à reforma agrária (RARA), realizando parcerias com assentamentos de terra.

Acerca da categorial *capital*, destacamos as implicações da lógica produtiva capitalista na vida do trabalhador rural. A ação dos atravessadores, de modo particular, depreciando o trabalho do pequeno produtor em prol da garantia de seus lucros, muitas vezes exacerbados e desproporcionais com os trabalhadores rurais. Uma das bases componentes das ideais centrais do MICC é a produção comunitária nos assentamentos, ou seja, a organização cooperativa do trabalho e da produção, viabilizando socioeconomicamente o processo de gestão da tríade propriedade, terra e trabalho, nunca dissociado do ordenamento territorial que a organização da associação propicia.

Cabe estabelecermos um vínculo entre a questão agrária propriamente dita, expressa nas categorias de análise já introduzidas e adensadas ao longo deste trabalho, e a intermediação de dois organismos fundamentais ligados à Igreja Católica, os quais contribuíram e continuam contribuindo com os ideais da integração campo e cidade: a Pastoral Fé e Política e a Pastoral da Terra.

Em 1986, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoveu em edição da Campanha da Fraternidade (CF) a iniciativa de evangelização a partir da reflexão e da realização de um gesto concreto em torno de temática central específica. O tema da CF-1986 foi, então, *Fraternidade e Terra* e o lema *Terra de Deus, terra de irmãos*. (FRATERNIDADE).

Um grupo de fiéis leigos da região chamada Belém – subdivisão da arquidiocese de São Paulo – resolveu visitar e apoiar um assentamento de terra localizado no município de Ibiúna – SP. Este grupo identificou um importante percalço: a grande dificuldade do pequeno produtor em escoar sua produção. Segundo Felício, “A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos”. (FELÍCIO, 2005. p.112).

Em 1991, o grupo tomou a iniciativa de trazer produtos para serem vendidos nas comunidades paroquiais e, logo no primeiro ano, toneladas de feijão foram comercializadas do assentamento de Itapeva, demonstrando a força comunitária que o movimento poderia ter.

Em 1993, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna (APPRI) procurou o MICC, a fim de propor uma parceria para ajudá-los a escoar suas

produções de legumes, verduras e frutas. Em entrevista concedida a este autor, em 20 de novembro de 2017, Flávio Castro nos diz que

É nesse momento que surge a ideia do “kit de produtos”, que contém oito produtos de época a preços acessíveis. O processo de articulação/integração surge de forma dialética entre campo e cidade. Grupos urbanos se organizaram a fim de auxiliar no escoamento da produção de grupos rurais. Sempre em um trabalho coletivo, fortalecendo essa organização. (APÊNDICE A)

O MICC esteve presente no assentamento de Ibiúna por 20 anos (1996 – 2016), quando decidiram propor aos agricultores que migrassem da agricultura tradicional para a orgânica, comprometendo-se, inclusive, a contratar técnicos agrícolas que os auxiliassem nesse processo. Essa iniciativa do MICC aconteceu por dois motivos centrais: a adaptação do movimento aos critérios de segurança e soberania alimentar previstos no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e por adequar-se a um público consumidor cada vez mais exigente em relação à qualidade dos produtos.

Essa transição não foi bem aceita por parte dos produtores de Ibiúna, subdivididos em grupos com interesses distintos: os encorajadores da transição e aqueles que relutavam na ação de migração, devido à dificuldade de adaptação que o cultivo orgânico traria. Então, o MICC iniciou um processo de busca de novos parceiros e encontrou no assentamento de Iperó um grupo de 16 agricultores já adeptos da ideologia orgânica. Este grupo foi organizado por um casal de engenheiros agrônomos que há 8 anos trabalhava com esse tipo de cultura, segundo CASTRO. Essa alteração não vislumbrava apenas a exigência do consumidor na cidade, mas também a saúde de quem trabalha no campo, afinal o uso de insumos químicos e agrotóxicos é nocivo à saúde humana, como sintetiza Larissa Bombardi em um artigo intitulado “Violência Silenciosa: O uso de agrotóxicos no Brasil”:

O objetivo deste artigo é trazer à luz duas questões fundamentais que envolvem a utilização de agrotóxicos. A primeira delas diz respeito à atuação das empresas transnacionais do setor de agrotóxicos, autodenominadas produtoras de “defensivos agrícolas”, cuja forma de organização e inserção no mercado visa a subordinação da renda da terra e se articula oligopolisticamente. A segunda questão diz respeito a uma forma silenciosa de violência no campo, que é resultado das intoxicações causadas pelo uso de tais substâncias. Estas intoxicações, além de serem em número extremamente elevado,

têm levado à morte um número significativo de pessoas.
(BOMBARDI, 2009, p. 2)

O MICC surge, portanto, como uma alternativa dissociada da lógica do capital, pautada nos preceitos da agricultura familiar organizada, ocupante de pequena parcela no território nacional, mas que possui importância bastante significativa na produção de alimentos.

Este movimento passou a fazer parte da rede de consumo responsável, sendo esta rede compreendida como o conjunto de hábitos e práticas fomentadoras de um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social e dos impactos ambientais, cujos princípios são a economia solidária, comércio justo e as premissas da agroecologia, segurança alimentar e nutricional, dissociada da lógica capitalista de produção agrária e adequada à lógica do campesinato, pois, de acordo com Felício: “A compreensão da questão agrária é resultado da discussão de dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campesinato”. (FELÍCIO, 2005, p.112).

O paradigma do campesinato expressa-se pelo fato de que o futuro do camponês não está na sua adequação à lógica capitalista de comercialização, a qual se dá pela sujeição da renda da terra ou pela subordinação do trabalho assalariado, e sim na luta pela terra, fazendo valer aquilo que acredita e que reforça as bases propostas no cerne da reforma agrária.

Esta alteração de paradigmas é encabeçada por movimentos, organizações não governamentais (ONG) e sujeitos da sociedade civil engajados na alteração dos padrões da agricultura capitalista. Essas mudanças são os preceitos básicos regentes do MICC: uma agricultura socialmente mais justa, ambientalmente mais sustentável e economicamente justificada.

O slogan do movimento – “Um só povo a favor da vida” – demonstra um dos objetivos centrais do movimento: a questão da segurança e da soberania alimentar. É preciso engajamento comunitário para que haja vida no campo. Trata-se de defesa da vida, pois o modelo agrícola adotado pelo agronegócio gera graves impactos. O uso de agrotóxicos na produção de alimentos é potencialmente prejudicial à saúde humana, tanto para os consumidores, quanto para os produtores e consequentemente para o ambiente, conforme afirma Altieri:

Muitos dos novos modelos de agricultura que a humanidade precisará para a transição são formas de agricultura que sejam mais ecológicas, biodiversas, em locais sustentáveis e socialmente justas, e assim estarão arraigadas na racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, que representa exemplos estabelecidos de formas corretas de agricultura local. (ALTIERI, 2010, p. 24)

É justamente nesse debate proposto por Altieri (2010) em que nos apoiamos para afirmar que a transição do MICC de Ibiúna para Iperó representa uma mudança significativa acerca da segurança e soberania alimentar. A saída está na agricultura orgânica, em que o produtor possa desenvolver sua produção manejando-a de forma sustentável. O autor expõe que

A avaliação também sublinha que os sistemas de conhecimentos tradicionais e locais melhoram a qualidade do solo agrícola e a biodiversidade, bem como o manejo de nutrientes, pragas e água, e a capacidade de responder a tensões ambientais mutantes, como o clima. (ALTIERI, 2010, p. 28)

Neste sentido, é fundamental que nos mobilizemos em prol de uma agricultura justa, viável para o produtor rural e acessível ao consumidor urbano. É preciso haver a expansão de movimentos como o MICC, surgidos como uma alternativa à lógica capitalista de produção, que visa, em especial, ao lucro, nem que para isso ocorrer seja necessário atravessar a comercialização dos produtos de pequenas propriedades e criar pequenos monopólios regionais que viabilizem a venda dos assentados. Acerca disto, Altieri nos lembra que:

Avançar para uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente saudável será o resultado da ação coordenada de movimentos sociais emergentes no setor rural, em aliança com organizações da sociedade civil que estão comprometidas apoiando as metas destes movimentos de agricultores. (ALTIERI, 2010 p. 30)

Avançar para uma agricultura socialmente justa trata-se, assim, do principal movimento que a integração entre campo e cidade tenta exercer, realizando a mediação entre aquilo que é produzido no campo – sob os moldes da agricultura familiar – com as necessidades do urbano, atuando na comercialização dos produtos, identificando os desafios impostos a cada um dos pequenos produtores, sejam eles de caráter mercadológico, como a especulação alimentícia, e/ou evitando a ação dos

atravessadores capitalistas, ressignificando desta forma o espaço rural e assumindo sua identidade como movimento socioeducador.

Ainda no campo introdutório desta monografia, cabe apresentar dois aspectos importantes para compreender os trabalhos do MICC: a apropriação de terras e as formas de trabalho e o conceito de circuitos produtivos.

Como estratégia para pressionar o Estado e fazer a Reforma Agrária prosseguir, logo que fundam o MST, em 1984, os trabalhadores rurais sem-terra, agora organizados, passam a ocupar áreas improdutivas e a reivindicar assentamentos, sendo esta movimentação uma das grandes lutas do MICC desde sua gênese. Surgido na década de 1980, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) atuava na defesa dos trabalhadores, sempre pregando o rompimento do monopólio da propriedade da terra e a volta dos trabalhadores ao campo, de onde estavam sendo expulsos pelo processo de modernização da agricultura em andamento. Na Figura 1, podemos visualizar uma das entradas do assentamento Ipanema na cidade de Iperó – SP, assentada pelo MST no início da década de 1990 e que hoje abriga a associação de produtores que é nosso objeto de análise nesse trabalho.

Figura 1 – Vista da entrada do assentamento Iperó



Fonte: Arquivo pessoal – Foto tirada em 25/11/2017.

Feitas às ressalvas necessárias sobre a relevância da apropriação da terra, entraremos em um aspecto muito importante, relacionado à ordem tópica, ou seja, a localidade do fenômeno geográfico. Faz-se necessário compreender a centralidade que os municípios de Ibiúna e Iperó exercem no que concerne à horticultura. É justamente a proximidade com a capital paulista (cerca de 60 km de distância) a responsável pelo reconhecimento da região como cinturão verde.

O assentamento cadastrado pelo MICC, localizado na região do cinturão verde, faz parte um circuito curto de comercialização que beneficia produtores e consumidores. Os produtos são produzidos localmente e de forma sustentável, respeitando o ambiente. Os produtores dos alimentos reduzem seus custos e os consumidores desfrutam de produtos mais frescos e saudáveis. Quando compramos um produto, estamos financiando um modelo de produção com diversas facetas socioeconômicas. Consumir é um verbo que transpassa o âmbito comercial, tornando-se um ato político. Os circuitos curtos de comercialização são uma forma de apoio à agricultura familiar e benefício ao consumidor, no que se refere aos programas de melhoramento dos alimentos, criando laços entre campo e cidade, produtor e consumidor.

Além de organismos como o MICC, é preciso que iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam difundidas, pois programas como este são de total relevância no apoio à agricultura familiar, uma vez que, desde 2009, a partir da Lei nº 11.947/2009¹, parte da merenda escolar tem de ser comprada diretamente de pequenos produtores.

Assim, ratificamos os objetivos desta pesquisa a partir da compreensão do Movimento de Integração Campo e Cidade (MICC), no município de Ibiúna, de 2008 a 2017, tomando como referência as categorias de propriedade, capital e trabalho, no

¹ Art. 5. § 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

bojo da reprodução das relações sociais. Os objetivos específicos, por sua vez, são os seguintes:

Identificar as ações da associação como um movimento socioeducador; Relacionar a intermediação da Pastoral Fé e Política, organismo ligado à Igreja Católica, com as ações desenvolvidas pelo movimento; Discutir os resultados da produção orgânica e o modo como se organiza dentro do espaço produtivo; Debater a expansão da agricultura familiar e a difusão das propostas da reforma agrária no debate da articulação campo-cidade e analisar a apropriação da terra, os circuitos produtivos, as formas de trabalho nos assentamentos relacionados ao MICC em Iperó.

A construção dos capítulos foi pensada para que a análise conjuntural do MICC se tornasse visível como pesquisa preliminar acadêmica e compreendido neste contexto, portanto. Assim, o **Capítulo 1 – Entre a luta e a formação do MICC** versa sobre a evolução histórica da luta pela terra no assentamento de Iperó, no que se refere aos fatores políticos e sociais intrínsecos à transição entre ocupação e assentamento, trabalhando, inclusive, com o histórico formativo do MICC e sua rede de consumidores urbanos.

Já no **Capítulo 2 – As relações de trabalho e a organização da produção**, desenvolveremos análises relacionadas sobre os atores externos que colaboram com o movimento a fim de compreender a organização da produção em seus circuitos curtos sintetizando os resultados em um breve balanço econômico.

Por fim, o **Capítulo 3 – Novas dimensões da produção agrícola** debaterá a transição ecológica por que passou o movimento, do produtivismo à ecologização, imersos nos parâmetros de segurança e soberania alimentar, em uma perspectiva agroecológica, associada aos grupos de consumo responsável em sua articulação campo e cidade.

CAPÍTULO 1 – ENTRE A LUTA E A FORMAÇÃO DO MICC

No debate histórico desta análise, pretendemos discutir o processo histórico evolutivo da luta pela terra no assentamento Ipanema, localizado na cidade de Iperó – SP, desde o processo de ocupação até a distribuição e organização dos lotes, relacionando ao processo de formação do Movimento de Integração Campo e Cidade que atua na transformação regional dos pequenos produtores ligados ao movimento, os quais formaram a Associação dos pequenos produtores de Iperó e região.

O processo de ocupação das terras que hoje abrigam o assentamento Fazenda de Ipanema iniciou-se em 16 de maio de 1992, quando aproximadamente 800 famílias ocuparam a terra ociosa pertencente ao Ministério da Agricultura do Governo Federal. A gestão e organização do processo de ocupação coube ao MST, estando este ainda em fase de territorialização de suas lutas, iniciadas em 1984, e começava a incorporar novas terras para estabelecimento dos seus filiados. Tratava-se de um processo de luta pela terra pautado nos preceitos do processo de reforma agrária que, em síntese, prevê a disponibilização de terras improdutivas aos pequenos produtores agrícolas para que possam encontrar na terra um lar e uma fonte de renda.

A maior dificuldade que encontramos no processo de ocupação foi a situação das famílias. Muitas não tinham o que comer, nem barracas para se alojar. Foi um processo muito difícil que durou alguns anos. Vivemos de doações e do pouco que conseguíamos plantar. (APÊNDICE B)

A distribuição dos lotes aconteceu somente em 1998, portanto, os assentados viveram nas condições supradescritas por 6 anos até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implantasse os lotes. Após resistência e forte apelo dos assentados – que forçaram a homologação das terras para que pudessem iniciar os plantios, parados até então, em decorrência da falta de liberação da terra –, os lotes foram homologados.

A luta pela terra aconteceu de forma intensa. Em um artigo intitulado “A Produção no Assentamento de Ipanema, em Iperó – SP”, realizado através do programa de vivência agrária 2007 da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI –

UNICAMP), os pesquisadores Souza e Castro, segundo Ribeiro e Silva (2007), apresentam uma parte do processo de conquista da terra:

No dia 20 de maio de 1992, cinco dias após a ocupação da fazenda, o então presidente da nação, Fernando Collor, decretou a criação de uma Floresta Nacional (FLONA) na área da fazenda, sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde então, houve seguidas negociações e enfrentamentos dos movimentos do campo com órgãos, como o IBAMA, INCRA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP). No dia 4 de dezembro de 1995, foi criado o Projeto de Assentamento Ipanema, com 1.712 ha e 150 famílias assentadas, de responsabilidade do INCRA (SOUZA, 2006). Porém até os dias atuais, não há segurança jurídica para famílias assentadas, uma vez que a cessão de uso das terras para fins de assentamento do IBAMA para o INCRA ainda não foi registrada oficialmente (CASTRO). (Ribeiro e Silva, p. 3, 2007)

Após o processo de ocupação e distribuição dos lotes houve uma redução significativa de 800 para 150 famílias em decorrência de várias tentativas de reintegração de posse. As famílias foram distribuídas em duas grandes áreas (I e II) ao lado da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA) e do Centro Experimental ARAMAR, da Marinha Brasileira.

O MST teve um papel fundamental em todo o processo de luta pela terra, inclusive, nas várias tentativas de reintegração de posse, endossadas pelo governo federal. Entretanto, houve um distanciamento entre os assentados e o movimento que gerou uma série de subdivisões entre os grupos fixados, tendo como consequência, algumas divergências políticas ideológicas, conforme explicadas detalhadamente a seguir por Ribeiro e Silva (2007):

Durante a história do assentamento, houve um processo de distanciamento com o MST. Nos últimos anos, porém, tem ocorrido uma reaproximação, juntamente com a Secretaria Regional de Sorocaba do MST. Atualmente, o assentamento se organiza por núcleos de famílias, de acordo com a afinidade entre elas. Existem sete núcleos, dos quais dois na área II são ligados ao MST. (RIBEIRO; SILVA, 2007 p. 4)

A grande alegação dos grupos que se distanciaram do MST está embasada sobre a ideia de uma concentração de poder e falta de transparência na gestão do movimento:

A juventude que cresceu no assentamento criou certa resistência ao MST, porque eles fazem um monopólio de lideranças e só beneficiam os mais chegados, o que é democraticamente errado, porque todos nós dormimos em lona e comemos a mesma comida que eles. (APÊNDICE B)

O MST é um movimento que reúne os trabalhadores e trabalhadoras que não obtiveram êxito na reprodução social camponesa garantidora de condições básicas à sua subsistência. Portanto, o perfil daqueles que se anexam ao MST traduz-se naqueles que procuram no movimento a saída na conquista pela terra e, conseqüentemente, na organização coletiva, a fim de se findar e galgar os bens básicos primários relativos à sua sobrevivência e inclusão social.

Na gênese dos avanços do MST, estão muitos assentamentos estabelecidos que propiciaram aos beneficiados da terra a dignidade para seguirem seus trabalhos. Entretanto, como elucidamos nos parágrafos anteriores, alguns produtores que sempre apoiaram as lutas relacionados ao MST deixaram de contribuir com o movimento por acreditarem que, internamente, nas diretorias regionais, foram estabelecidos alguns benefícios políticos a determinadas famílias em detrimento de outras, inclusive no processo de comercialização agrícola, o que fez com que essas famílias, as quais já lograram o êxito de possuir seus lotes individuais, estivessem resguardadas a criar novos movimentos de reprodução social no campo.

Imerso nesse contexto de criação de novos movimentos de suporte ao pequeno produtor, surge a alternativa do MICC, sinteticamente exposta na introdução desta pesquisa, mas que resgatamos, já que aborda a formação dos sujeitos dessa análise.

Estes trabalhos tiveram suas origens no final na década de 1980 e foram motivados por interlocuções eclesiais de base que estavam incentivando os leigos a realizarem um gesto concreto em prol de algum assentamento de terra. O primeiro trabalho foi realizado no assentamento de Porto Feliz, no ano de 1989, com a doação de um sistema de irrigação por aspersão. A parte irrigada teve uma produção muito mais significativa que a parte não irrigada, o que motivou o grupo de leigos a continuarem o apoio ao assentamento, sendo este projeto, portanto, o embrião de criação do Movimento de Integração Campo e Cidade. Nas visitas que realizavam ao assentamento de Porto Feliz, constataram um grande problema na vida dos agricultores: o processo de comercialização dos produtos, que acabou sendo a força motriz para a criação do MICC, desde esta época até os dias atuais.

O assentamento de Porto Feliz, situado às margens da Rodovia SP – 280 Presidente Castello Branco, foi uma das primeiras experiências de ocupação de terras no estado de São Paulo. Em entrevista realizada com o vice-presidente do MICC, Sr. Flávio Castro, este retratou o preconceito sofrido pelos agricultores por serem filiados ao MST:

Começamos a visitar mais assentamentos e constatamos a dificuldade que o pequeno produtor tinha de escoar o seu produto, porque não tinha quem compre, e do MST pior ainda. O pequeno produtor tinha dificuldade, mas o do MST tinha mais, porque o capitalista, o atravessador não ia comprar do sem-terra, porque acreditava estar incentivando “a coisa irregular”. (APÊNDICE A)

Por meio da análise de documentos informais do movimento, pudemos constatar que, na década de 1990, a partir de um movimento regional interligado, as comunidades de base conseguiram favorecer a comercialização de aproximadamente 30 toneladas de feijão para o assentamento de Porto Feliz, sendo, portanto, um importante elo para a integração entre campo e cidade.

Após o trabalho realizado em Porto Feliz, o MICC destinou suas ações para uma parceria com pequenos produtores de Ibiúna, onde foi criada a ideia dos kits com 8 produtos de época, por um preço mais vantajoso que os preços praticados pelos atravessadores capitalistas. Cabe ressaltar que o MICC nunca trabalhou com pequenos produtores individuais, procurando sempre viabilizar a organização coletiva da produção no campo, com o intuito de fortalecer essa comunidade ainda subdividida e sem coletivização da produção, em decorrência da quantidade de famílias assentadas.

O trabalho em Ibiúna aconteceu por aproximadamente vinte anos, com média de comercialização de quatrocentos kits por semana, totalizando, aproximadamente mil e seiscentos kits mensalmente e garantindo a subsistência de boa parte dos pequenos produtores daquela região, durante o processo de parceria com o MICC. A parceria com o MICC – Ibiúna foi encerrada devido à exigência dos consumidores urbanos por produtos orgânicos. A diretoria do MICC entrou em contato com a associação de produtores de Ibiúna, pré-disposta a auxiliá-los no processo de transição agroecológica, mas não houve boa aceitação desse processo, resultando no fim da parceria.

É nesse contexto que surge o grupo dos pequenos produtores de Iperó, assentados na fazenda de Ipanema e liderados por um casal de engenheiros agrônomos (Abdeel e Andréa), que já tinham a experiência de agricultura orgânica e já trabalhavam com o MICC no sistema de “feiras livres” em menor proporção em relação aos kits, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Comercialização em feirinhas



Fonte: Acervo Pessoal – Fotografia tirada em 25/11/2017.

A transição de fornecedores de Ibiúna a Iperó partiu da intransigência dos agricultores no que tange ao processo de conscientização, já que os consumidores partiram da premissa que o uso de insumos químicos na produção até poderia acelerar a produtividade, mas certamente comprometeria a longo prazo a saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores urbanos. A iniciativa da migração da agricultura tradicional para a agricultura orgânica partiu da direção do MICC e, portanto, dos moradores de áreas urbanas preocupados com a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva.

O processo de transição agroecológica já tinha sido iniciado em Iperó, uma vez que as associações dos pequenos produtores da região contam com a liderança de engenheiros agrônomos, partícipes deste cenário desde a posse da terra, portanto, testemunhas de todo o processo de ocupação e consolidação das terras que

alcançaram êxito também no processo acadêmico, êxito este trazido, consequentemente, do empoderamento científico que a academia proporciona não somente para aqueles que conquistaram o diploma, mas para todos os assentados, que aprenderam com a prática produtiva.

Feito o esclarecimento sobre a gênese dos assentamentos e do próprio MICC, começaremos a estabelecer como se formou a rede de comercialização desses produtos. É de nossa ciência que há a produção no campo articulada as áreas urbanas pelo MICC. Todavia, após a chegada da produção no centro de distribuição do movimento que se estabelece nas imediações da Paróquia Nossa Senhora de Vila Alpina, quais as direções que essa produção toma? Quais são os agentes sociais responsáveis por sua distribuição? Onde são comercializados e qual é o perfil desse consumidor? A resposta a estas questões é a tarefa empreendida neste capítulo.

O MICC nasceu dentro de uma iniciativa pastoral, por isso, o principal destino dos produtos agrícolas são as próprias comunidades que, por meio de leigos atuantes e presbíteros, inteirados do trabalho realizado pelo movimento, decidiram tornar-se agentes transformadores da realidade social no campo e na cidade.

Para a formação de grupos de consumo responsável, é preciso minimamente dois agentes que se predisponham a colaborar na articulação. O papel desses colaboradores consiste na organização e distribuição dos pedidos dos consumidores e informe a central para que sejam computados e passados para associação dos pequenos produtores.

No que se refere à logística, o caminhão do MICC viaja todas as terças-feiras até a cidade de Iperó, onde busca os kits já montados pelos produtores. Na quarta-feira, os kits são distribuídos e devendo ser pagos aos coordenadores de grupo até a segunda-feira seguinte, quando o valor é depositado para a associação dos produtores, portanto, com menos de uma semana de prazo, sendo considerado um pagamento à vista, que subsidia e proporciona os produtores a continuarem seus trabalhos no assentamento, com possibilidade de giro de capital.

Atualmente, a comercialização do MICC gira em torno de 200 kits semanais (conforme análise quantitativa em Tabela 1). Esse número já esteve maior, contudo sofreu esse decréscimo em virtude da falta de agentes pastorais que pudessem assumir o compromisso de corroborar com a causa do MICC, e só assume esse compromisso quem compreende a causa, as custas e a lógica imbricada nessa rede solidária de consumo responsável.

Uma alternativa relacionada ao processo de comercialização é a venda para intermediários – e a venda dentro do próprio assentamento para outros produtores rurais, na tentativa de suprir as necessidades alimentares da família, com produtos não produzidos em seu próprio lote. A venda em feiras não acontece com grande frequência, uma vez que há dificuldades de organização individual dos pequenos produtores com deslocamento e infraestrutura de barracas para feiras, por isso, ressaltamos que a integração campo e cidade proposta pelo MICC, no subsídio da comercialização dos produtos, faz-se eficaz e necessária.

Ainda debatendo sobre formas de comercialização, precisamos ressaltar a parceria com o MICC e com os programas governamentais de apoio à agricultura familiar e aquisição de alimentos para a merenda escolar muitas vezes ainda são insuficientes para escoar toda a produção individual e coletiva dos assentados, que frequentemente recorrem ou são procurados pelos atravessadores capitalistas para negociarem sua produção de modo muitas vezes depreciado pelos interlocutores; esta produção é regulada pela oferta e demanda, quando comercializada de forma individual ao contrário da coletivização da produção.

É preciso garantir formas de subsistência ao pequeno agricultor, variando suas fontes de renda e oportunizando novos meios de comercialização da produção para que os agricultores, em muitos casos, já em situação previdenciária, não dependam apenas da aposentadoria para suprir suas necessidades.

“Não se está falando aqui de uma reforma agrária que fizesse esses trabalhadores retornarem à situação da qual muitos saíram, isto é, o minifúndio sem qualquer infraestrutura e submetido aos mais sórdidos controles por parte de comerciantes e grandes proprietários. Fala-se aqui de uma reforma agrária que é acima de tudo diversificada, atendendo às diferenças regionais e de trajetória destes trabalhadores, incorporando atividades não agrícolas e disseminando infraestrutura social e produtiva nas áreas rurais”. (ALENTEJANO, 2006, p.17)

Abramovay propõe algumas diretrizes fomentadoras do desenvolvimento das ações de comercialização no assentamento. São elas: a identificação das potencialidades agrícolas do lote, a organização coletiva para participação das comunidades locais, a resolução de problemas infraestruturais que possam impedir o desenvolvimento produtivo reestruturando o plano de ações comerciais coletivas do assentamento (ABRAMOVAY, 1999).

Esta organização tem como objetivo central também a reorganização territorial desses movimentos como forma de resistência no campo, como nos lembra Suzuki (2007), ao afirmar que

“No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale, aqui, lembrar, no campo, a existência dos caiçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos faxinalenses, dos ocupantes de fundos de pastos, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno”. (SUZUKI, 2007, p. 93)

Seguindo as proposições de Abramovay e Suzuki, foi realizado um diagnóstico de agroecossistema da propriedade do Sr. Otacílio Camargo Martins e de Ana do Santos Martins. Trata-se de uma das atividades propostas pela associação dos pequenos produtores de Iperó em parceria com o MICC, para diagnóstico das potencialidades e pontos a melhorar em cada lote, a fim de alcançar a elevação da produtividade e, conseqüentemente, da comercialização, afirmando as formas preexistentes do capital no campo. O diagnóstico foi produzido pelo engenheiro agrônomo Abdeel Lima. O Sítio Bom Jesus, de propriedade do Sr. Otacílio, foi adquirido em 1996 por meio de uma ação de distribuição de lotes, após a ocupação de terras improdutivas na região de Iperó.

No início do processo produtivo, a família propunha uma agricultura de forma tradicional. No entanto, em 2007, começam a transformar sua propriedade em uma área de reflorestamento, com a técnica do consórcio de árvores e frutíferas (agrofloresta) e, portanto, iniciando o processo de transição agroecológica.

O Sítio Bom Jesus possui doze hectares de terra, recursos naturais favoráveis (área plana e solo fértil) ao plantio e trabalho totalmente familiar, sem capitalização externa, com equipamentos e sistemas de irrigação, construídos ao longo do tempo de posse da terra. O que mais chama a atenção e que cabe ressaltar brevemente nessa análise é o trabalho de reflorestamento em torno da área dedicada no sítio ao cultivo orgânico. Este trabalho de agrofloresta é facilitado pela presença de uma nascente (o sítio localiza-se em um fundo de vale com pouca declividade) que possibilita o consórcio da produção orgânica com árvores frutíferas.

Em decorrência de características pedológicas, é necessário o estabelecimento de algumas alternativas, que não a utilização de insumos químicos, para a proteção da área reflorestada e, conseqüentemente, da área de produção orgânica. Dentre tais alternativas, encontramos a implantação de cercas vivas para isolamento da área,

plantio de adubos verdes e culturas perenes em linha, que evitam o aparecimento da erosão, ilustrado pela Figura 3.

O lote encontra-se em conclusão da transição ecológica, restando apenas algumas adequações para estar em conformidade com as regulamentações da produção orgânica e em um excelente exemplo das proposições apresentadas por Abramovay (1999) acerca dos passos para estabelecimento de novas formas de resistência na terra e viabilização de formas de comercialização e produção alternativas.

Figura 3 – Culturas perenes em linha



Fonte: Acervo Pessoal – Fotografia tirada em 25/11/2017.

O “esforço de Seu Otacílio trouxe nova vida ao assentamento”: esse é o título de uma matéria jornalística publicada na semana de 16 a 21/03/2009 pelo ITESP Online, reiterando o projeto de recuperação ambiental que realiza no lote 80 do assentamento Ipanema em Iperó – SP nos 4.000 m² de área de preservação

permanente (APP) que possui em sua propriedade, replantando centenas de mudas de espécies nativas e instaurando novamente os recursos naturais que um dia foram degradados e que devem ter sua proteção amparada por leis de preservação, assegurando, assim, a proteção necessária a uma paisagem como esta anexa ao perímetro da Floresta Nacional de Ipanema, pertencente ao instituto ICMBio.

Nesse primeiro capítulo compreendemos como se sucedeu a gênese do MICC. Um caminho de muitas lutas, seja pela terra, seja pela sobrevivência nela, enfrentando os desafios do processo de comercialização. No capítulo 2, verificaremos como se organiza essa produção e as relações de trabalho intrínsecas a ela.

CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Como movimento articulador entre campo e cidade, o MICC precisou e continua precisando estabelecer parcerias que subsidiem e auxiliem a interlocução entre atores urbanos e rurais. No Capítulo 1, pudemos compreender as nuances do processo de formação do movimento, atestando a corroboração do MST com a luta pela terra. Somada à luta deste movimento, outros dois organismos comunitários favoreceram a resistência e o estabelecimento das famílias nos assentamentos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, mais recentemente, a Pastoral Fé e Política (PFP), ambos movimentos eclesiais de base ligados à Igreja Católica.

A CPT nasceu em meados da década de 1970, em meio a um período difícil para a história brasileira, historicamente conhecido como período da ditadura militar. Surgiu como um movimento de apoio a posseiros que enfrentavam dificuldades em interlocuções de luta ambiental na Amazônia. Segundo informações próprias da comissão:

A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010)

A Pastoral da Terra, de sua gênese à atualidade, tem atuado em favor dos sem-terra, em um processo maior de apoio à reforma agrária. Foi na luta pela terra no assentamento Ipanema, em Iperó, no início da década de 1990, que atuou para o fortalecimento das famílias camponesas, que ocuparam o assentamento, convivendo, promovendo e assessorando estas famílias, as quais, à época da ocupação, estavam desprovidas de recursos básicos como a alimentação e a moradia.

A interlocução da CPT com o assentamento aconteceu de modo especial a partir de 1995, quando, por meio da Portaria Incra/P nº 342² foi concedido ao INCRA

² BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Portaria Incra/P nº 342. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1 de 15 de novembro de 1995. Disponível em:

uma área da Fazenda Ipanema destinada à ocupação de famílias provenientes do MST. As terras citadas eram de posse do Ministério da Agricultura que tentou por diversas vezes reintegrar a posse da terra, com ações até na Advocacia Geral da União, como demonstrado pelo processo 00400.012907/2003-60³

Figura 4 – Vista aérea da ocupação em 1992



Fonte: Disponível em <http://fazendaipanemaemfotos.blogspot.com.br/p/invasao-do-mst-na-fazenda-ipanema-em.html>. Acesso em 17/04/2018.

O processo de estabelecimento das famílias no assentamento foi muito dificultoso devido à quantidade de famílias que ocuparam a terra. A CPT interveio neste processo, garantindo alimento às famílias, uma vez que a prática da agricultura de subsistência ainda não era possível, e fornecendo barracas enquanto estas famílias construía suas moradias. A articulação entre CPT e MST aconteceu de fato

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=15/12/1995>>. Acesso em: 04/06/2018.

³ Disponível em <<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/225020>>.

no processo de luta e de ocupação da terra, visto que as famílias foram assentadas e reuniram condições básicas à sua sobrevivência e, então, estes dois organismos têm acompanhado à distância as atividades delas.

O segundo agente externo de apoio aos pequenos produtores rurais é a PFP, que se trata de um movimento eclesial de base nacional e regional, com relevante atuação na região Belém, distrito da Arquidiocese de São Paulo. A PFP tem atuado a fim de articular grupos de fiéis leigos, movimentos populares organizados, no sentido de refletirem sobre as práticas que podem desenvolver, no sentido de criar alternativas favoráveis aos mais pobres e marginalizados a partir do sistema de capital liberal instituído. Neste sentido, Felício (2005), em um artigo intitulado “Ação pastoral e a questão agrária no pontal do Paranapanema”, aponta para a importância de interlocuções pastorais como a CPT e a PFP:

A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos. (FELÍCIO, 2005, p. 112)

Estes movimentos eclesiais de base têm, entre outras atividades, a vinculação à luta pela terra, no sentido de fomentar o estabelecimento de práticas de agricultura familiar, dissociadas da lógica do capital, e, portanto, apoiando a cultura camponesa no campo.

[...] a criação e a recriação do camponês está na luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto o seu futuro não está na sua integração ao mercado, mas na luta pela terra. Sem a luta pela terra o camponês deixa de ser camponês. (FELÍCIO, 2005, p. 114)

Ações de apoio à Reforma Agrária como as apresentadas demonstram a força popular destes movimentos e como, por isso, podem exercer grande potência à luta pela valorização do trabalho no campo, criando um território rural, que não deve ser confundido como um espaço natural, mas sim, trata-se de um território de poder, de gestão e de movimentos sociais, procurando combater as desigualdades dos sistemas político-econômicos em vigência.

Assim, a ação pastoral além de não poder ser neutra e nem imparcial, é impulsionada pela conflitualidade dentro do tecido social, onde, continuamente, desterritorializa e reterritorializa relações sociais, as quais, por intermédio dos conflitos,

desafiam, convocam e provocam as forças sociais populares a solucionarem problemas que vão além das suas individualidades. São pessoas que querem viver sua fé no seguimento de Jesus, por entender que o Reino de Deus se inicia aqui e agora, a partir de seu próprio lugar e condição. (FELÍCIO, 2005, p. 123)

Feitos os esclarecimentos deste capítulo, acerca dos agentes externos atuantes junto ao MICC, passamos a refletir sobre os processos intrínsecos à organização da produção do assentamento ao centro de distribuição.

Toda relação econômica é baseada em um processo, um ciclo econômico, dividido em três etapas principais: a produção, a circulação e o consumo. No processo de produção agrícola, estão envolvidos os processos de preparo da terra, plantio, rega e colheita. O segundo processo é a circulação, no qual, efetivamente, a parceria entre pequeno produtor e o MICC ocorre, determinando a proporção de indivíduos que receberam o produto, já garantindo a circulação, uma vez que realiza a logística da produção do campo para a cidade, satisfazendo, assim, o terceiro processo: o consumo.

A produção surge assim como o ponto de partida, o consumo como o ponto de chegada, a distribuição e a troca como o meio termo que, por seu lado, tem um duplo caráter, sendo a distribuição o momento que tem por origem a sociedade e a troca o momento que tem por origem o indivíduo (MARX, 1983, p. 207).

A articulação proposta pela MICC surge como uma forma dissociada à lógica do capital, propondo uma agricultura de base familiar, proveniente do campesinato e marcada por uma relação com a terra vinculada à posse social e à subsistência. A alternativa lógica camponesa opõe-se à capitalista, uma vez que não há emprego de riqueza objetivando produzir a mais valia, mas sim, empregando a riqueza em mercadorias que possibilitem a permanência do camponês na terra. Não podemos deixar de mencionar que a lógica camponesa convive com as alternâncias econômicas vividas pelo modelo econômico dominante, exemplificado na compra de uma semente crioula ou de um trator para arar a terra.

Quando abordamos o diagnóstico de agroecossistema do Sítio Bom Jesus, de propriedade do senhor Otacílio Camargo, citamos, no que tange aos recursos e maquinários, que a mão de obra utilizada na produção agrícola em seu lote é exclusivamente familiar; é a unidade familiar que desenvolve um trabalho concreto.

Essa é uma das principais características da agricultura camponesa, por envolver processos de subordinação e de resistência à lógica do mercado.

Um outro exemplo de permanência e trabalho familiar que pudemos conhecer no desenvolver desta pesquisa foi a propriedade da Dona Sônia, uma pequena agricultora que, junto ao seu esposo e ambos com mais de 80 anos, desenvolve o processo agrícola para subsistência e comercialização com o MICC. Em entrevista, ela nos disse:

O meu marido tem 87, doente e vive na roça [...] Lá no sítio produzimos de tudo: mandioca, alface, chicória, cenoura, tudo que tem na plantação a gente produz. Lá no meu sítio é só eu e ele que plantamos, tem que ter coragem [...]. Eu cheguei em 1994 no assentamento, o povo aqui precisava se organizar, a gente queria plantar e vender juntos, porque na cidade tudo é muito perturbado, eu vim de Sorocaba [...] aqui dá para sobreviver... (APÊNDICE C)

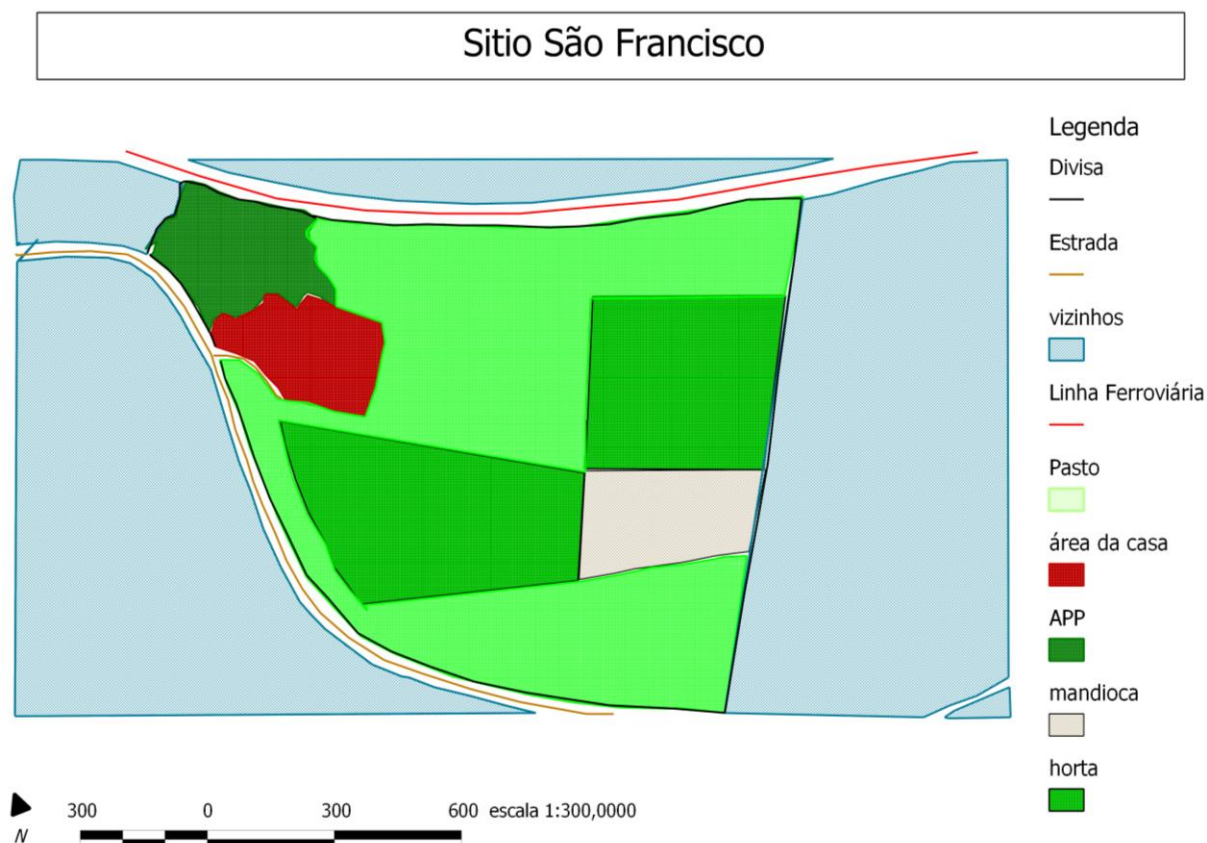
Na análise do agroecossistema do lote da Sônia, conseguimos confirmar o que foi retratado no excerto da entrevista acima: trabalho totalmente familiar, com um rendimento de dois salários mínimos, em um lote de quatro hectares, cuidado por um casal de agricultores octogenários. No croqui apresentado pela Figura 5, podemos ver a distribuição produtiva no sítio São Francisco. Seguindo a linha que norteia esse segundo capítulo, propomo-nos a analisar as relações de trabalho e a organização da produção. A articulação proposta pelo MICC enquadra-se na lógica conceitual dos circuitos curtos da comercialização.

Esse modelo de produção e comercialização consiste na efetuação da venda direta da produção agrícola do produtor para o consumidor. Podemos aqui considerar o MICC como um articulador e não como intermediário, uma vez que o movimento não retém percentual de venda consigo, apresentando apenas contas à associação objetivando integrar campo e cidade.

Denominam-se “circuitos curtos” o processo de comercialização que acontece a uma determinada proximidade geográfica entre o produtor e o consumidor. Desta forma, o consumidor urbano tem acesso a informações importantes como proveniência, qualidade e processos de produção dos produtos. A opção por esse processo de comercialização acontece não somente por uma questão logística e, conseqüentemente, de capital, mas, sobretudo, pela preocupação ambiental, uma vez que, devido à proximidade, há reduções significativas de processos e de emissão de

gás carbônico (CO₂) na atmosfera, ainda mais quando se tem a opção por uma agricultura orgânica em oposição à tradicional.

Figura 5 – Distribuição produtiva no Sítio São Francisco



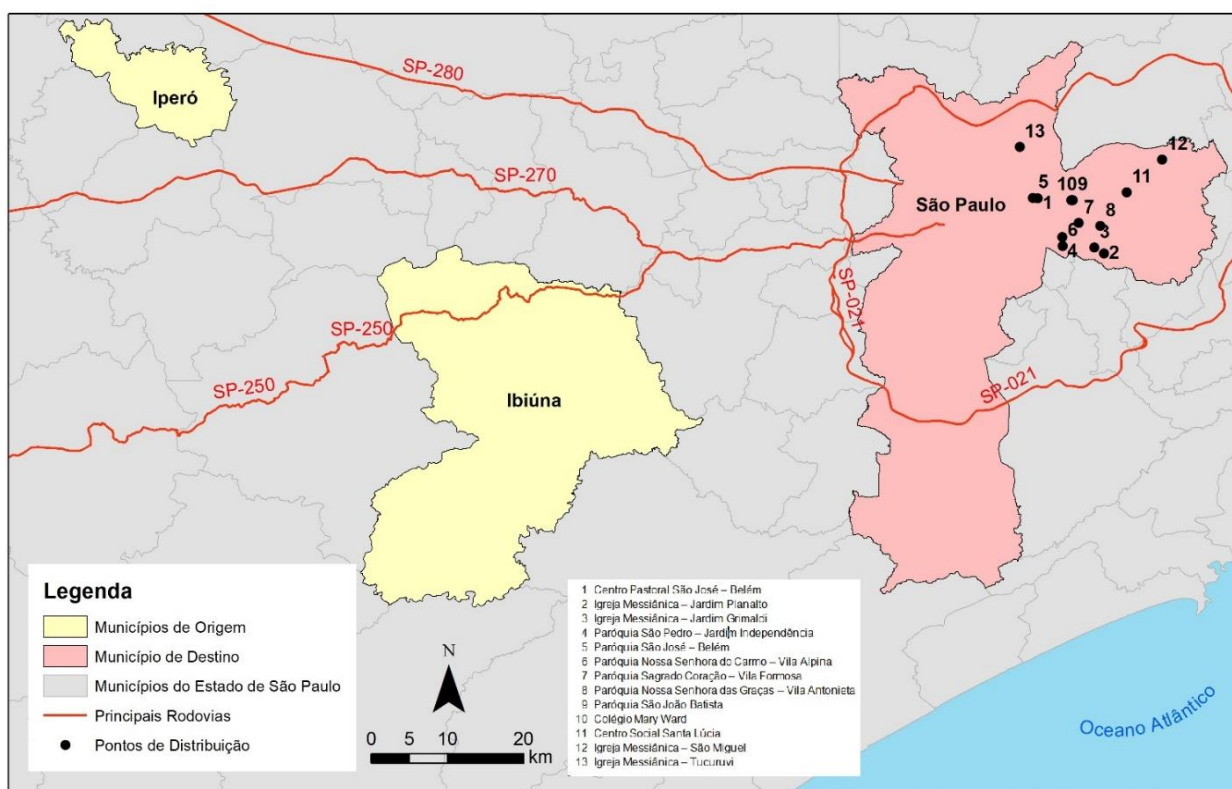
Fonte: LIMA, Abdeel. Diagnóstico do Agroecossistema do lote. 2012

Organizamos dois mapas temáticos que nos auxiliaram a compreender a espacialização da logística produtiva entre produtor – articulador – consumidor final. No recurso cartográfico a seguir, destacamos os municípios de Ibiúna e Iperó, ambos centros de distribuição do MICC, como já informado nesta análise, além do ponto central do movimento, de onde partem os kits para os centros de comercialização, focalizando nossa atenção adiante.

A partir do mapa apresentado a seguir (Figura 6), podemos analisar a espacialização do circuito produtivo e distributivo organizado pelo MICC. Como municípios de origem, destacamos Ibiúna e Iperó por serem os produtores associados ao movimento. No primeiro capítulo, explicamos detalhadamente a transição de trabalho entre os municípios. Da década de 1990 até 2016, a parceria aconteceu em Ibiúna e, de 2017 até os dias atuais, em Iperó.

O município de destino dos produtos agrícolas é a metrópole de São Paulo, situada a 73 km da cidade de Ibiúna e a 125 km da cidade de Iperó. Essa distância, associada à espacialização cartografada, justificam a classificação da articulação proposta pela integração campo e cidade, como um exemplo de circuito curto de comercialização.

Figura 6 – Mapa do Circuito Espacial Produtivo do MICC



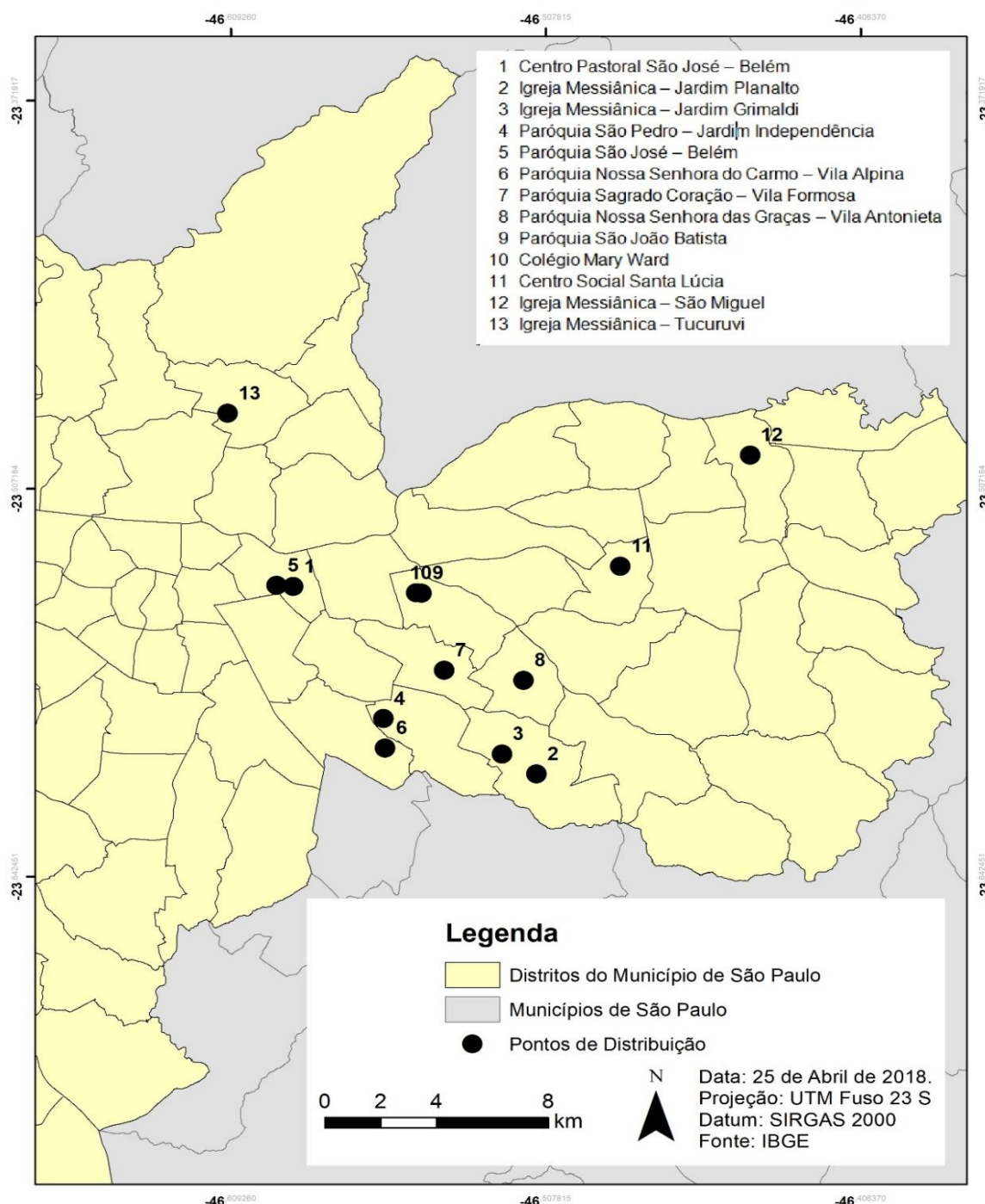
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A finalidade deste outro recurso cartográfico representado pela Figura 7 é compreender a espacialização dos centros de distribuição do MICC na metrópole de São Paulo. Dos 13 pontos de comercialização, doze estão situados na zona leste e um na zona norte da região metropolitana, o que é justificável, ao olharmos a gênese do movimento como uma interlocução entre comunidades eclesiais de base; de movimentos sociais promovidos pela região Belém – um distrito da arquidiocese de São Paulo –, organismo vivo da Igreja Católica.

Entretanto, constatamos a necessidade de expandir a interlocução proposta pelo MICC para outras regiões da cidade. A melhor rota Iperó – São Paulo é feita pela

rodovia SP-280 Presidente Castello Branco, desembocando na região oeste de São Paulo, a qual não abriga nenhum ponto de comercialização. É preciso ressaltar também que existem outros grupos de consumo responsável espalhados pela metrópole exercendo trabalho similar.

Figura 7 – Mapa dos Pontos de Distribuição do MICC



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

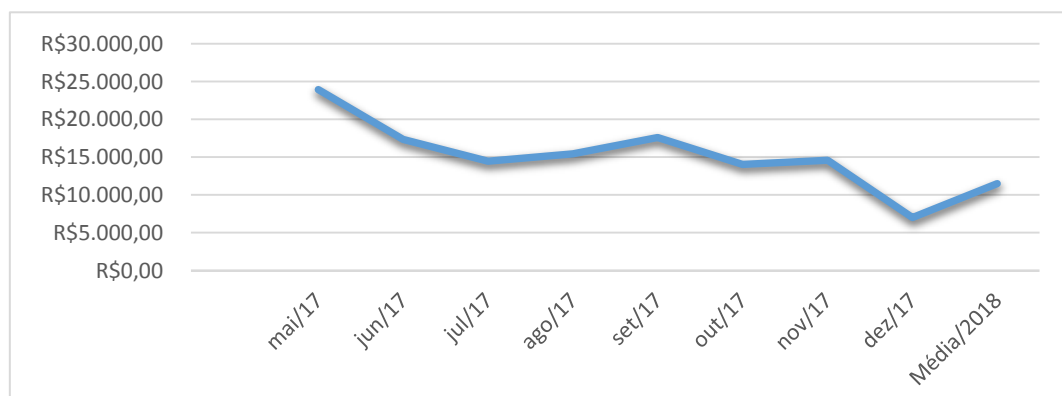
Afirmamos a necessidade de expansão dos pontos de comercialização e consequentemente de venda dos kits, pelo fato de termos realizado um balanço socioeconômico de maio a dezembro de 2017, o que nos deu um panorama para inferir acerca de uma redução significativa no número de kits vindos do campo, conforme copilado na Tabela 1 e representado pelo Gráfico 1:

Tabela 1 – Balanço socioeconômico – MICC/IPERÓ 2017

Mês / Ano	Quantidade de Kits (mensal)	Valor total (R\$)
Maio/2017	1496	R\$ 23.936,00
Junho/2017	1085	R\$ 17.360,00
Julho/2017	903	R\$ 14.448,00
Agosto/2017	964	R\$ 15.424,00
Setembro/2017	1101	R\$ 17.616,00
Outubro/2017	877	R\$ 14.032,00
Novembro/2017	912	R\$ 14.592,00
Dezembro/2017	438	R\$ 7.008,00
Média/2018	720	R\$ 11.520,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Gráfico 1 – Valor arrecadado pelos produtores (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A diminuição referida pode ser atribuída a algumas baixas nos centros de distribuição por falta de agentes pastorais – problema já debatido nesta análise – ou pela diminuição da qualidade aparente dos produtos vindos do campo, quando da transição agroecológica. Os produtos com insumos químicos de Ibiúna tinham uma aparência vistosa, mas presença de agrotóxicos, enquanto que os produtos orgânicos não tinham a mesma aparência, mas estavam enquadrados nas exigências do CONSEA, no que se refere à segurança alimentar para uma alimentação saudável.

A média de consumo de agrotóxicos no país por hectare era de 7kg em 2005, passando para 10,1kg por hectare em 2011 (Valor Econômico, 30/07/2012), ou seja, um escandaloso aumento de 43% em um curto período de seis anos. (BOMBARDI, 2013, p. 4)

No Brasil, os principais cultivos cuja utilização massiva de diversos tipos de agrotóxicos são: pimentão, morango, pepino, alface, cenoura, abacaxi, beterraba, couve, mamão e tomate (EXAME). Tabelaamos os produtos produzidos pelo assentamento Ipanema em Iperó (Tabela 2), em que podemos constatar a presença dos produtos listados acima com a vantagem de serem orgânicos. Os produtos associados ao MICC, devem seguir os parâmetros agroecológicos:

Tabela 2 – Componentes dos Kits

FRUTAS	VERDURAS E LEGUMES	
Laranja	Espinafre	Abobrinha
Banana	Alface	Beterraba
Goiaba	Couve Flor	Berinjela
Melancia	Repolho	Brócolis
Manga	Cheiro Verde	Mandioca
Maracujá	Couve	Pimentão
Caqui	Escarola	Pepino
Abacate		Quiabo
Tangerina Polkan		Tomate
		Limão
		Rabanete
		Inhame
		Milho Verde

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

O sistema de kits funciona como uma espécie de escala produtiva. Em reuniões semanais, os agricultores apresentam à associação o que poderão entregar para que o kit seja montado. Geralmente, este kit de produtos se apresenta da seguinte maneira: 2 frutas, 3 legumes e 3 verduras, totalizando 8 produtos que variam conforme a época.

Introduzimos a questão da variabilidade de época para discutirmos a necessidade do respeito ao fator terra. Para os assentados, a terra é moradia e trabalho, forma de sustento. É preciso respeitar as escalas produtivas, utilizar métodos alternativos de rotação de cultura para possibilitar a sustentabilidade do processo agrícola, como a adubação verde ou a utilização da cama de frango⁴, no contraste à utilização de insumos químicos.

No capítulo 2, inferimos a dinâmica que rege o funcionamento das atividades do MICC, realizando um balanço socioeconômico de suas atividades e introduzindo as novas dimensões da produção agrícola associada ao MICC.

⁴ Cama é todo o material distribuído em um galpão ou estábulo para servir de leito aos animais. Mais especificamente chama-se de cama de frango o material que, permanecendo no piso de uma instalação avícola, irá receber excreções, restos de ração e penas. (CAMA DE AVIÁRIO: MATERIAIS, REUTILIZAÇÃO, USO COMO ALIMENTO E FERTILIZANTE. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/67877/1/CUsersPiazzonDocumentsProntosCNP-SA-DOCUMENTOS-16-CAMA-DE-AVIARIO-MATERIAIS-REUTILIZACAO-USO-COMO-ALIMENTO-E-FERTILIZANTE-FL-12.pdf>>. Acessado em 10/05/2018.

CAPÍTULO 3 – NOVAS DIMENSÕES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O processo de modernização, que trouxe consigo um aumento da produção e da produtividade, acometeu a agricultura brasileira, trazendo consigo alguns impactos ambientais e sociais. Essas alterações, em variadas escalas, justificam uma revisão do processo agrícola modernizador, como apresenta Alentejano:

Sem dúvida, trata-se de questão polêmica, uma vez que para os representantes do patronato rural e alguns estudiosos da agricultura brasileira o que está em jogo, pelo contrário, é a expansão do modelo agrícola vigente no país. Para estes setores a reforma agrária não traria nenhuma contribuição para a sociedade brasileira, uma vez que a agricultura já se encontraria fortemente modernizada, não fazendo sentido pensar na massificação da pequena produção familiar no campo, mas sim retomar uma política de apoio à agricultura patronal que amplie ainda mais seu processo de modernização, repetindo a estratégia adotada nos anos 1960/70. (ALENTEJANO, 2006, p. 2).

Esse aumento produtivo tem sido baseado em práticas contrárias às bases de uma agroecologia e/ou agricultura sustentável. Essa ascensão produtiva, em geral, tem nos insumos químicos a causa da elevação da produtividade. O grande cerne da questão agrária é que essas práticas têm acelerado os processos de desgaste pedológico (erosão e lixiviação), agredindo de forma excessiva os recursos naturais, diminuindo a matéria orgânica do solo e impactando a vida de quem mora e trabalha no campo e de quem consome aquilo que advém do campo.

Isto parece um brutal equívoco, uma vez que tal modelo tem produzido resultados sociais e ambientais perversos — como ressalta a maioria dos autores —, assim como econômicos, dado que os índices de produtividade têm se mostrado decrescentes e os custos — pelo contrário — crescentes, assim como a dependência de financiamentos cada vez mais elevada, tornando o agricultor cada vez mais vulnerável, seja às grandes indústrias fornecedoras de insumos e sementes, seja aos bancos, ou às processadoras e intermediários. (ALENTEJANO, 2006, p. 3)

Em síntese, o modelo tecnológico que teve sua gênese na chamada Revolução Verde, a partir da década de 1970, está chegando em um limite perigoso, que requererá dos investidores do agronegócio a viabilização de novas áreas agricultáveis, que são uma ameaça natural e social. Como consequência desse

processo de modernização em escala macro, podemos destacar a diminuição da camada de ozônio, a degradação de rios e mares e o esgotamento de recursos naturais não renováveis, desencadeando desequilíbrio ambiental e expondo os riscos de uma lógica produtiva dominante.

Feita essa introdução acerca do modelo tecnológico, precisamos destacar que o MICC tem atuado na contramão desse processo, baseando suas atividades na agroecologia e na rotação de culturas, abrindo a possibilidade para outros tipos de reutilização de insumos locais, como o adubo natural e valorizando a mão de obra rural adequada às pequenas propriedades rurais. Abrimos um parêntese para a integração entre a piscicultura com a agricultura irrigada (Figura 8) encontrada na propriedade do Sr. Abdeel, presidente da cooperativa, que reúne os pequenos produtores afiliados ao MICC. Durante o processo de produção piscícola, mais especificadamente a criação de tilápia, deparamo-nos com um acúmulo de material orgânica proveniente da excreção dos peixes. Ao invés de desperdiçar a água, quando da troca do tanque, os pequenos produtores utilizam esse “composto natural” na adubação de olerículas.

No processo de modernização agrícola estão envolvidos diversos sujeitos que constituem grupos com interesses distintos. Em contrapartida, em geral, no campo estão presentes pequenos proprietários e arrendatários, ligados à agricultura familiar e, muitas vezes em razão de processos falhos do Estado, estão desprovidos dos bens básicos primários garantidos aos cidadãos nos princípios da lei.

Figura 8: Tanque de tilápias usado na adubação natural



Fonte: Acervo Pessoal – fotografia tirada em 20/11/2017.

Fazemos essa interlocução por acreditarmos que o Estado deve ser um facilitador da extensão rural, valorizando a produção familiar. É preciso incentivar para que o pequeno produtor possa se alimentar bem, ter uma boa moradia, acesso à saúde e a salário digno para viabilizar sua subsistência no campo.

A agricultura, então, tem recebido nos últimos anos, uma atenção maior, em relação à temática da sustentabilidade. Ademais, na esperança de estarmos ratificando que a agricultura moderna do século XX tem crescido, sustentando-se nos insumos químicos para o aumento da produtividade, torna-se urgente ampliar os processos de uma agricultura sustentável, que além de ser benéfica na relação sociedade e natureza, atenua a desigualdade social.

Um processo de produção agrária supõe que, além das análises tradicionais dos fatores terra, propriedade e capital, o fator sustentabilidade passe a ser considerado como um importante aspecto do processo de produção, uma vez que os recursos para a produção agrícola são provenientes da própria terra, portanto, preservar a cobertura vegetal, os solos e os rios faz-se mais do que necessário; torna-se essencial, tanto sob o aspecto produtivo quanto para a subsistência de quem mora e vive da terra.

Diante do supracitado, a agricultura sustentável tem como premissa a elevação da produtividade sem danos ao ambiente, na busca da extração de uma renda mais justa a partir da terra, além de subsistente aos trabalhadores das pequenas propriedades rurais. Uma das principais estratégias para manter o nível de produção sem prejuízos naturais está na adaptação das espécies aos elementos naturais que as norteiam e a produção no tempo natural correto, que é a ideia de kits do MICC. Não é possível colher todas as espécies de frutas, legumes e verduras o ano todo com ou sem a utilização de insumos químicos.

A ideia de agricultura sustentável exposta nesse trabalho ancora-se em um pilar fundamental: a sustentabilidade no sentido da preservação dos recursos naturais ter o dever de vislumbrar o abastecimento da geração atual e também das gerações que estão por vir. É nosso dever propiciar o estabelecimento de condições que possibilitem às futuras gerações práticas agricultáveis, no sentido de satisfazer suas necessidades, evitando sempre a degradação do ambiente.

O MICC, atento às questões concernentes a essa corrente de agricultura sustentável, estabeleceu uma nova parceria, como já exposto no primeiro capítulo, com um grupo de pequenos agricultores cuja produção é baseada nos preceitos de

uma agricultura orgânica, como a rotação de culturas e controle natural das pragas. Esses preceitos de uma agricultura orgânica que o MICC tem debatido no campo e introduzido na cidade têm seus parâmetros norteadores baseados no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, previstos na Lei nº 11.346 de 2006.

Ressalta-se, então, que o MICC tem contribuído com as diretrizes do CONSEA, uma vez que tem exercido a integração entre campo e cidade, propiciando um acesso regular à alimentação de qualidade, livre de agrotóxicos, em quantidade suficiente e sempre respeitando as condições naturais.

O CONSEA, depois de sua recriação, logrou uma série de êxitos, tendo sido o espaço onde foi construído o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); onde foi elaborada a proposta da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e onde foi negociado com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a recuperação do valor per capita da alimentação escolar. (CONSEA, p.42)

Imersos nesse contexto de segurança alimentar e agricultura sustentável diante de uma perspectiva agroecológica, debateremos como esses programas ligados às bases do CONSEA, têm contribuído com a vida no campo.

O PAA foi criado em 2003 por iniciativa do Governo Federal, vislumbrando corroborar com o combate à fome, vide o programa Fome Zero, e, simultaneamente, o apoio aos assentamentos de agricultura familiar, propiciando a compra de alimentos oriundos dessas propriedades para as merendas escolares regionais.

Em teoria, o PAA, criado a partir de recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, seria mais um instrumento fixo de renda para os pequenos produtores; todavia, em sua execução, o programa vem apresentando alguns problemas de ordem prática, como diminuições severas na aquisição e atraso de pagamentos, fato que tem comprometido alguns trabalhos e compromissos dos produtores.

Em assembleia ordinária da Associação de Trabalhadores e Produtores Rurais de Iperó e região, realizada em 10 de janeiro de 2018, foram expostas as regularizações jurídicas e legais para encaminhamento do projeto de merenda escolar 2018 e a questão de os produtores não terem recebido os pagamentos das últimas entregas da merenda Escolar de 2017, vendida para a Prefeitura Municipal da Cidade de Iperó- SP, além de recursos investidos pela associação nos custos que, até então,

não foram reembolsados pela falta de pagamento da merenda de 2017, conforme citado.

Tabela 3 – Demonstrativo do PAA

Nome do produtor	Produto	Quantidade (kg/unidade)	Período	Preço unitário ou do kg	Valor total
1⁵	Tomate	800 kg	Març/Nov	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
	Laranja	500 kg	Març/Nov	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
	Goiaba	2000 kg	Març/Nov	R\$ 3,90	R\$ 7.800,00
2	Goiaba	1000 kg	Març/Nov	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
3	Abóbora	350 kg	Març/Nov	R\$ 1,70	R\$ 595,00
	Chicória	1520 unidades	Març/Nov	R\$ 3,00	R\$ 4.560,00
	Pepino	760 kg	Març/Nov	R\$ 2,00	R\$ 1.520,00
4	Tomate	500 kg	Març/Nov	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
	Laranja	300 kg	Març/Nov	R\$ 2,00	R\$ 600,00
	Mexerica	400 kg	Març/Nov	R\$ 2,90	R\$ 1.160,00
	Limão	100 kg	Març/Nov	R\$ 2,50	R\$ 250,00
5	Abóbora	400 kg	Març/Nov	R\$ 1,70	R\$ 680,00
	Mexerica	1000 kg	Març/Nov	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
6	Tangerina	1000 kg	Març/Nov	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
	Abobrinha	200 kg	Març/Nov	R\$ 1,60	R\$ 320,00
	Goiaba	500 kg	Març/Nov	R\$ 3,90	R\$ 1.950,00
	Berinjela	700 kg	Març/Nov	R\$ 2,00	R\$ 1.400,00
	Mandioca	1000 kg	Març/Nov	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
	Quiabo	200 kg	Març/Nov	R\$ 3,70	R\$ 740,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

A renda familiar dos agricultores, em geral, é resultante das interlocuções com o MICC e das compras do PAA. Esse percalço de ordem pública afetou o trabalho dos

⁵ Os nomes dos produtores foram suprimidos e substituídos por números por questões éticas e de manutenção de privacidade.

pequenos produtores em 2017 e comprometeu o investimento para 2018, mas, mesmo assim, o programa continua sendo uma importante fonte de renda, visto que os trinta e dois pequenos produtores componentes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iperó, não necessariamente produtores interligados ao MICC, emitiram seus certificados de declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Tabela 4 – Renda do PAA e Perspectiva mensal

Nome do Produtor	Renda total com o PAA	Perspectiva de renda mensal
1	R\$ 11.200,00	R\$ 1.120,00
2	R\$ 3.900,00	R\$ 390,00
3	R\$ 6.675,00	R\$ 667,50
4	R\$ 3.510,00	R\$ 351,00
5	R\$ 3.580,00	R\$ 358,00
6	R\$ 10.310,00	R\$ 1.031,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da Associação dos Pequenos Produtores de Iperó e região, 2018.

O levantamento quantitativo sustenta a tese da importância do PAA para os pequenos produtores. A associação regula, por meio do estabelecimento de uma escala produtiva, quais produtos e em que quantidade serão produzidos, de acordo com a disponibilidade de produção do produtor,

Depois do parêntese aberto para a discussão do PAA, voltamos nossa análise para um outro caminho de comercialização importante para os pequenos produtores do assentamento Ipanema de Iperó: Os Grupos de Consumo Responsável (GCR's). Os GCR's partem do princípio de que a educação para o consumo responsável acontece a partir de um processo de autorreflexão acerca dos próprios hábitos e consumos responsáveis, além da mensuração das consequências atreladas aos fatores políticos, econômicos e sociais que a escolha de alimentação acarreta.

A proposta do MICC, de uma economia solidária no campo, abarca os três processos da escala produtiva: produção, comercialização e consumo. Após serem colhidos ou produzidos, os produtos são transportados do campo até o centro de

distribuição do MICC, localizado na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, no bairro de Vila Alpina, capital paulista. No centro de distribuição, acontece a separação e organização dos kits de consumo responsável para que os consumidores possam retirar no espaço ou até mesmo em suas casas, mediante a organização prévia, conforme Figura 9.

Figura 9 – Organização dos kits



Fonte: Acervo Pessoal – fotografia tirada em 20/11/2017.

As interlocuções entre os grupos de consumo responsável e o MICC objetivam o estímulo à reflexão das condições produtivas brasileiras, debatendo de que forma o consumo pode ser um ato político do consumidor, uma vez que o consumo está imerso num contexto complexo de relações que envolvem todas as escalas do processo produtivo.

Nos debates desenvolvidos nos GCR's, há um consenso de que a escolha do que comemos pressupõe uma análise sobre o processo produtivo, pois nossas escolhas podem subsidiar projetos de agricultura sustentável ou reafirmar os preceitos de uma agricultura tradicional, pautada na lógica capitalista.

Os GCR's, em geral, são constituídos por um grupo de pessoas organizado coletivamente em prol de uma ideia central. No caso do consumo, concebem critérios semelhantes no processo de escolha dos alimentos que comporão sua pirâmide

alimentar. Os integrantes dos grupos de consumo responsável buscam, em instituições como o MICC, a quebra do processo de reprodução ampliada do capital⁶ em que os atravessadores exercem o monopólio no campo.

Os grupos de consumo responsável, como já referido, são uma alternativa ao consumismo exagerado, geridos coletivamente com o objetivo de fomentar a agricultura familiar, auxiliando-os no processo de comercialização, uma vez que realizam a integração campo e cidade diretamente, sem a ação de entrepostos comerciais, causadores de prejuízo à relação, tendo em vista que aumentariam os preços prejudicando o produtor e o consumidor final e aumentando ainda mais a exploração do pequeno agricultor no campo.

A importância dos grupos de consumo responsável vai muito além de serem uma alternativa fixa de comercialização. É preciso que sejam criadas mais políticas públicas que subsidiem o pequeno agricultor a subsistir no campo. O PAA, como já mostrado na (Tabela 4), não traz uma renda tão significativa e a comercialização direta com os GCR's é que sustenta boa parte dos agricultores, mas ainda de forma insuficiente, como discute Alentejano:

Reconhecendo a precariedade predominante hoje no rural brasileiro, onde aproximadamente $\frac{1}{4}$ da renda das famílias sobrevive dos repasses da Previdência Social, considera vital desenvolver ações que favoreçam a articulação das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas. (ALENTEJANO, 2006, p. 6)

A escolha dos GCR's por produtos advindo da agroecologia tem uma premissa fundamental: a saúde do consumidor final, ou seja, sua própria saúde, e as condições do trabalhador rural. Na proposta da agricultura orgânica, em contrapartida aos insumos químicos, são utilizadas técnicas mais rudimentares e ao mesmo tempo mais agroecológicas, como a compostagem e a cama de frango, como debate Elisângela Couto:

Com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, houve maior expansão dos produtos orgânicos e, na década de 1980, foram criadas muitas cooperativas de produção e consumo de produtos naturais, que estão

⁶ As relações comerciais vigentes no modo de produção capitalista podem ser sintetizadas por meio da fórmula D-M-D', que significa o capital que deve ser empregado em determinado serviço ou mercadoria, que após as transações comerciais, deve possibilitar ao empregador do capital, o montante investido somado a mais-valia que tem como resultado o lucro.

até os dias atuais em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. (COUTO, 2006 p. 53)

À medida que o consumidor final entra em contato com o produtor e passa a acompanhar, mesmo distante fisicamente, o processo produtivo, ele fica mais criterioso com relação às condições ambientais em que o alimento está sendo plantando e as condições sociais de quem mora e vive na terra.

Por isso, o trabalho do MICC transcende à integração campo e cidade, restrito ao processo logístico muitas vezes. É preciso realizar um processo de conscientização crítica dos consumidores; compreender que o tempo de plantio e de colheita dos produtos respeita o tempo natural, por isso, a sazonalidade dos produtos substituídos por outros, por vezes, é até do mesmo gênero alimentício aumentando nosso repertório alimentar. É preciso aproximar o produtor do consumidor que, ao conhecer o processo produtivo, passa a compreender as relações intrínsecas a esse processo complexo, corroborando na difusão das propostas agroecológicas.

A associação dos pequenos produtores de Ibiúna e, posteriormente, de Iperó, objetos de análise desse trabalho, ficam a aproximadamente 140 km do centro de distribuição do MICC, no bairro de Vila Alpina, o que configura um circuito curto de comercialização e, assim, estabelece uma relação mais direta entre campo e cidade como Couto (2006) complementa:

Dessa forma, a produção de folhosas no município é realizada principalmente para o abastecimento regional que envolve distâncias que não ultrapassam 300 km. Lembrando que, somente o Estado de São Paulo produz cerca de 40% da produção nacional de folhosas, e colabora no abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SAA, 2003). Estar próximo ao mercado consumidor é um grande avanço para o tipo de produto que Ibiúna comercializa. (COUTO, 2006 p. 43)

A articulação realizada pelo MICC e os GCR's é fundamental no encurtamento da cadeia de abastecimento, viabilizando a compra dos produtos agrícolas e evitando a atuação dos intermediários que se beneficiam da inabilidade dos pequenos produtores em realizar vendas justas para lucrar sob seu trabalho, pois, ainda segundo a autora,

Em Ibiúna, assim como nos municípios que participam do abastecimento do mercado de hortaliças da região metropolitana, os maiores problemas encontrados na relação entre agricultura e comercialização estão associados principalmente à falta de preparo

do agricultor em relação à comercialização direta com os compradores, como também ao conjunto de normas impostas pelas instituições privadas e públicas. Em reação ao despreparo para a comercialização, como verificado em entrevistas de campo, a maioria dos agricultores admitiram não saber negociar e, por isso, vendem para os atravessadores/intermediários sua produção, pois não encontram um canal direto com o consumidor. (COUTO, 2006 p. 49)

O maior desafio para o MICC e para os outros grupos de consumo responsável é aumentar a articulação do campo com os agentes urbanos na comercialização da produção. Nesse processo, o MICC tem duas alternativas as quais pensamos serem uma boa solução para difusão dos trabalhos realizados: um curso de alimentação saudável com os produtos advindos dos kits que movimentam as comunidades de base e as visitas dos consumidores aos assentamentos anualmente, a fim de compartilharem a realidade do pequeno produtor de debater sobre formas de resistência no campo.

Em síntese, o processo de transição agroecológica realizado pelos pequenos produtores ligados ao MICC consistiu e ainda consiste em três etapas. A primeira diz respeito ao aumento de eficiência nas práticas produtivas alternativas com a redução no uso de insumos e energia vindos de fora dos sistemas e consequente redução dos impactos negativos ao ambiente. A segunda etapa consiste na substituição de insumos e algumas práticas pelas agroecológicas, como por exemplo, a adubação verde, ciclagem de nutrientes, controle biológico de doenças e cultivo mínimo. A terceira e última etapa, ou seja, nível 3, refere-se ao redesenho do agroecossistema baseado em processos ecológicos e adaptado às condições socioambientais e correção das falhas do modelo agroecológico que, porventura, ainda resistam.

Esse é o processo de transição ecológica baseado nas premissas da segurança alimentar, articulado pelos grupos de consumo responsável como o MICC, na relação campo e cidade que possibilitam o estudo de novas dimensões relativas às práticas agrícolas, baseadas em um outro modelo alternativo, dissociado da lógica do capital, e preocupado com a saúde e com a segurança dos produtores e dos consumidores dos produtos agrícolas. É preciso apoiar essas alternativas a fim de difundir suas proposições e consequentemente suas interlocuções, propiciando novas mediações na relação entre campo e cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos essas considerações realizando um breve compilado dos resultados obtidos durante o processo de pesquisa e na linha metodológica aplicada nos capítulos. Destacamos a colaboração de organismos eclesiais de base no processo de luta pela terra, desde a ocupação, com subsídios que propiciasse aos produtores rurais a resistência frente às tentativas de reintegração de posse e a consolidação do assentamento, atuando como mediador e importante válvula de escape no processo de comercialização.

Nominalmente, podemos destacar a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Sem Terra na luta pela terra, e a Pastoral Fé e Política e a organização do laicato como essenciais para o desenvolvimento de ações que possibilitassem a comercialização nos assentamentos, identificando os pontos bons e a melhorar, exercendo diagnósticos de lotes e corroborando na construção de infraestrutura básica para o desenvolvimento produtivo.

Um segundo aspecto que cabe ser ressaltado é a necessidade de encontrar alternativas que possibilitem o aumento das atividades do Movimento de Integração Campo e Cidade. No estudo cartográfico realizado, fica evidente a espacialização concentrada dos pontos de comercialização e a redução no número de kits, quando efetivada a transição de Ibiúna para Iperó.

É preciso expandir o trabalho do movimento, ora aumentando os pontos de distribuição dos kits, ora realizando novas parcerias com grupos de consumo responsáveis em outras regiões da metrópole de São Paulo, que não a zona leste, pois a organização no campo já está preparada para aumentar o efetivo produtivo, após as análises de lotes, as quais identificaram suas potencialidades.

Ratifica-se a importância da expansão do trabalho do movimento, pela necessidade de corroboração com os pequenos produtores assentados, nessa interligação entre campo e cidade, uma vez mais que o MICC realizou, com os seus parceiros o início de uma transição agroecológica, passando de uma agricultura convencional para a orgânica.

Essa transição deve ser exaltada dialeticamente para os envolvidos com a terra. Justificamos essa afirmação pela vertente campo e cidade ao apontarmos os benefícios recíprocos para os integrantes dessa relação. Com a transição agroecológica, os produtores evitam a exposição a insumos químicos que podem ser

prejudiciais à saúde no manejo produtivo e os consumidores urbanos têm acesso a produtos de melhor qualidade, sem agrotóxicos e, ainda mais, pela manutenção da organização familiar na produção como forma de resistência na terra.

Ao realizarmos esse estudo de caso pelo MICC, acreditamos na contribuição significativa deste, quando demonstra possibilidades de comercialização dissociadas, em grande parte, da lógica produtivista capitalista. Em nossa análise, pudemos inferir a luta e a resistência no campo como forma de territorializar a agricultura familiar e mecanismos de apoio a essa estrutura. Conhecemos a organização de um movimento que transcende ao apoio logístico comercial, mas que atua como um segmento sócio educador de consumidores urbanos, na defesa de importantes bandeiras, como a agroecologia.

Somar as contribuições do MICC a de tantas outras comunidades de resistência, como quilombolas e ribeirinhos, é motivo de grande satisfação. Trabalhos acadêmicos com esse caráter demonstram a força que essas comunidades exercem na validação de sua cultura e relevância social.

Essa monografia não esgota as possibilidades de estudo sobre a área, o que não foi nossa pretensão. No assentamento Fazenda Ipanema, são aproximadamente 150 famílias passíveis de estudo e investigação. Dedicamo-nos, por percurso metodológico, a estudar àquelas que se uniram em prol da transição agroecológica e, conseqüentemente, estabeleceram-se como parceiras do MICC.

Atualmente, são treze pontos de comercialização na cidade de São Paulo, mas já foram dezoito. Os fatos que conduziram para essa diminuição e o porquê de o movimento ter uma espacialização concentrada são temas, por exemplo, que podem ser desenvolvidos. Há ainda, junto à diretoria do movimento na cidade e no campo, a busca por estudar melhores formas de logística e de distribuição dos produtos; promovendo as ideias do movimento para além de comunidades ligadas à Igreja; realizar a articulação com outros agentes sociais e debater novos caminhos para manutenção dos trabalhos.

O estudo de caso é um processo desafiador na vida do pesquisador que, imerso nos contextos do movimento, passa a incorporar suas defesas e princípios e abre os olhos para uma atuação mais efetiva, estudando alternativas para difusão dos resultados da pesquisa.

A organização das esferas relacionadas ao movimento, tanto no campo quanto na cidade, chamou à nossa atenção. A articulação proposta pelos agentes urbanos é

muito bem desenvolvida e transparente, tal qual uma empresa que devesse, por rigor técnico, prestar contas a seus superiores, os quais, no caso do movimento, são inexistentes.

Há amor envolvido. Há dedicação envolvida. E o mais importante: há ideal envolvido nos voluntários do MICC. O conceito de comunidade, como um grupo de sujeitos como uma só força, faz ainda mais sentido na reunião de parceiros do movimento.

Abdeel e Andréa, organizadores dessa comunidade, são modelos de resistência jovem no campo. Filhos de assentados, mantiveram suas origens ligadas à agricultura, especializaram-se e organizaram outras famílias em prol de uma agricultura orgânica, mais solidária e mais justa, em que o capital não prevalecesse.

A articulação é harmônica em toda a sua conjuntura. É preciso lapidar alguns aspectos organizativos e distributivos, suscitar novas lideranças na integração entre o campo e cidade, como forma de mobilizar novos agentes sociais que perdurem com esse trabalho, conscientizando a todos, já que consumir é um ato político e, portanto, exige de nós criticidade nas escolhas.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Provérbios**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponês a agricultores – Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São. Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1999.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2 n. 21, ano 19, jul/dez. 2006.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, nº 16, pp. 22-32, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. Violência Silenciosa: o uso de agrotóxicos no Brasil. **Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Portaria Incra/P nº 342. Diário Oficial da União. 15 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=15/12/1995>>. Acesso em: 16/03/18

BRASIL. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Lei Nº 11.947/2009. Diário Oficial da União. 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 25/06/18

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Histórico. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>>. Acesso em: 11/03/18, 2010.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004

COUTO, Elisângela. As normas e o mercado de trabalho na horticultura. **Campo – Território**. v. 3, p. 1-24, 2006.

REVISTA EXAME. Os dez alimentos campeões em agrotóxicos. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/mundo/os-10-alimentos-mais-contaminados-por-agrotoxicos/>>. Acesso em: 17/06/18.

FELÍCIO, Munir Jorge. Ação Pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 112-124, 2005.

FRANCISCANOS. Campanha da Fraternidade de 1986. Disponível em < <http://franciscanos.org.br/?p=52136>>. Acesso em: 18/02/18.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2.ed. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

RIBEIRO, Maíra Taquiguth; SILVA, Rodolfo Pereira da. A produção no Assentamento Ipanema, em Iperó. **Programa Vivência Agrária.** Campinas: FEAGRI-UNICAMP, 2007.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA** (UNESP), v. 10, p. 134-150, 2007.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: **Revista Agrária.** São Paulo, n. 6, pp. 83 – 95, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista com Flavio Castro concedida a João Victor Jardim Mendonça. Iperó – SP, 2017

Siglas: **JV** (João Victor Jardim Mendonça) e **FC**: Flávio Castro ((vice-presidente do MICC))

JV: Bom dia! Gostaria de escutar de vocês qual foi o contexto de criação do movimento?

FC: Em 1986, a região Belém, a gente já visitava os assentamentos, apoiava e *tal*, e o nosso gesto concreto foi apoiar um assentamento em específico, que é o de Porto Feliz. Foi quando íamos para Porto Feliz que eu conheci o Padre José Alves de Souza. Foi doado um sistema de irrigação para Porto Feliz que o primeiro assentamento do MST no estado de São Paulo, isso já no finzinho da década de 80. Fomos acompanho... vimos o resultado. A parte irrigada deu muito mais que a parte não irrigada.

JV: Houve um aumento de produtividade? O movimento surgiu nesse contexto?

FC: Ainda não tinha o MICC, mas esse foi o embrião.

JV: Esse grupo de pessoas, que integraram esse movimento de apoio a esse assentamento, eram leigos das próprias comunidades regionais?

FC: Sim, um grupo avulso, misto, sem ideologia própria. Começamos a visitar mais assentamentos e constatamos a dificuldade que o pequeno produtor tinha de escoar o seu produto, porque não tinha quem compre, e do MST pior ainda. O pequeno produtor tinha dificuldade, mas o do MST tinha mais, porque o capitalista, o atravessador não ia comprar do sem-terra, porque acreditava estar incentivando “a coisa irregular”. Formamos então no Belém, em 1991, um grupo que começou a trazer produtos. Estabelecemos uma parceria com o assentamento de Itapeva e comercializamos muito feijão para eles, algo em torno de toneladas. Teve uma safra

que foi aproximadamente 30 toneladas. Cada comunidade pegava 1 ou 2 sacos e *ia* vendendo.

JV: Foi nesse momento que se configurou o Movimento de Integração Campo e Cidade?

FC: Sim. O trabalho foi desenvolvendo. Em 1993, “*veio*” um grupo de pequenos produtores de Ibiúna, e nos fizeram uma proposta. Se queríamos participar de uma parceria, como produtos do campo, entre verduras e legumes. Em agosto de 1993 começamos com a parceria de Ibiúna, e inauguramos o projeto dos kits, com 8 produtos de época, por um preço bem acessível. Formávamos grupos na cidade e eles no campo e associação. O MICC nunca trabalhou com pequenos produtores isolado e individual, mas sempre através de organização no campo, isso até para fortalecer essa organização, porque há muita divisão.

JV: Essas divisões existem dentro dos próprios assentamentos? Como vocês do movimento enxergam essas subdivisões?

FC: Sim. Nesse assentamento que nós vamos hoje, existem várias entidades organizadas, grupos não *tão* organizadas e produtores particulares. Eu não tenho muita posição sobre isso. Na minha opinião acho que toda divisão é negativa, mas ao mesmo tempo, nesse assentamento, tem 150 famílias, agora imagina... fazer uma associação com todas ela é meio complicado. O fato de ser subdividido não é problema, mas sim a rivalidade que existe.

JV: Esses grupos produzem produtos diferentes?

FC: Basicamente não. O problema é que eles não tinham acompanhamento técnico e para partir para o orgânico é necessário. Nesse assentamento que vamos, não são todos que querem, porque é mais difícil.

JV: Esse acompanhamento é por causa da certificação?

FC: Certificação é meio difícil. Não tanto pelo selo, mas pela aprovação do governo. Quero voltar um pouco para Ibiúna, que são dois casos diferentes. Em Ibiúna, ficamos 23 anos apoiando os pequenos produtores de *lá*, em torno de 400 kits por semana, o que dava uma renda razoável de R\$ 20.000 a R\$ 25.000 por mês. A questão central é que a exigência do consumidor foi mudando, e o produto orgânico?

JV: A transição agroecológica partiu do anseio do consumidor urbano?

FC: O MICC tentando atualizar, queria avançar nessa direção. Os últimos anos em Ibiúna, pagamos técnicos para tentar transformar de convencional para orgânico e não houve uma boa aceitação disso. Vendo que a mudança não iria acontecer fomos procurar outro lugar, é nesse momento que fomos para Iperó, onde já tinha um grupo, organizado por um casal de engenheiros agrônomos que há quase dez anos já preparavam o orgânico.

JV: Esse assentamento de Iperó é vinculado ao MST?

FC: Sim. Na realidade já trabalhávamos em paralelo com Iperó, só que no sistema de feirinhas, tinha os kits fixos de Ibiúna e feirinhas de Iperó, só que era um trabalho menor, mas diferenciado. Era um espaço para que a própria comunidade pudesse fazer a feira antes e depois da missa.

JV: A transição Ibiúna – Iperó é um grande ganho para o MICC sob o ponto de vista da agroecologia?

FC: Sim, mas preocupamo-nos também com a saúde deles próprios, a princípio o orgânico *dá* mais trabalho mesmo, mais é incomparável com os benefícios para com a terra e com que trabalha nela. Quando tentamos em Ibiúna, nossa maior preocupação era mostrar para eles, que as facilidades do agrotóxico, que inicialmente dão uma vantagem para a produção, traz outros prejuízos?

JV: Mas esse processo de conscientização do produtor foi algo complexo não?

FC: Exatamente, porque nós falando isso, implica no pensamento do produtor: - O que essa cara da cidade vem aqui falar -? Por isso contratamos um agrônomo, para fazer o levantamento, mostrar e orientar.

JV: Toda essa assessoria proposta aos produtores é financiada por quem?

FC: Fizemos projetos através de grupos de consumo responsável que o MICC faz parte, encabeçado pelo instituto Kairós. Conseguimos esse fomento e dividimos esse projeto em fases, e uma das fases era destinar verba para essa assessoria.

JV: Em Iperó houve essa necessidade?

FC: Em Iperó o próprio casal de engenheiros agrônomos organizou o projeto, porque estiveram no assentamento desde a ocupação desde a década de 1990, mais de 25 anos de apoio.

JV: Me parece muito interessante, a trajetória desse casal. Ocupantes de um assentamento de terra, que por meio da luta se estabelecem e alcançam a universidade, e utilizam seus conhecimentos para contribuir com outros produtores em um processo de transição agroecológica.

FC: A história é muito legal. É mostrar uma vitória. Tem um livro do assentamento, com uma foto deles tomando banho de canequinha. Moraram em barracas de lonas e hoje é um engenheiro agrônomo. O MICC nunca fez questão da certificação, por confiança no trabalho desses 10 a 15 pequenos produtores.

JV: Além do MICC que é uma entidade não governamental, existe alguma política pública de auxílio no assentamento?

FC: Eles tinham, mas está sendo reduzido. O PAA que é uma venda garantida, ou a merenda escolar. Esses programas ajudam muito, a questão é que a verba só vem no final do processo, eles têm que plantar, regar, colher e entregar para receber. Isso demora muito tempo. Quando o MICC vai e paga à vista, dá a segurança os pequenos produtores.

JV: Tem funcionários do MICC que organizam toda a logística?

FC: Tem nós (risos). Só voluntários.

JV: Como funciona?

FC: Uma das ações que a Igreja forneceu ao MICC foi a doação de uma Kombi, que depois foi vendida e comprado um caminhão que faz esse trabalho.

JV: Como foi a aceitação da comunidade de consumidores urbanos quando aconteceu a transição agroecológica? Uma alteração de cultura comercial?

FC: Todo mundo quer um produto melhor, mais limpo. O que acontece às vezes, e que você vai comprar uma berinjela que tem veneno, e esse produto brilha, é grande e chama a atenção do consumidor. Quando você pega um orgânico, não brilha tanto, pela ausência do agrotóxico. É preciso estabelecer um contato direto com o consumidor para explicar isso.

JV: Você mencionou a questão das comunidades? Como foi a articulação com elas, os padres que possibilitaram?

FC: O movimento nasceu dentro da Igreja, e, portanto, os primeiros destinatários são as comunidades. Através de leigos e padres que nos apoiam, indo a reuniões e convencendo a nos ajudarem. O kit funciona sobre pedido. A comunidade informa a central do MICC que encomenda com o campo. Hoje caiu um pouco o número de kits, porque o preço do convencional era mais barato.

JV: Que outros fatores podem ser atribuídos a essa redução:

FC: Por parte dos consumidores, a repetição dos produtos. Eles não entendem a escala produtiva, e a época dos produtos. Precisamos conscientizá-los.

JV: Existe alguma iniciativa de expansão do trabalho do MICC?

FC: Sim. É um processo gradativo. Precisamos que os produtores continuem se organizando em escalas produtivas para aumentarmos nossos pedidos. Falta agentes pastorais para nos ajudarem a expandir esse projeto. A pessoa precisa entender a lógica do MICC, criar uma identidade com nosso projeto.

APÊNDICE B – Entrevista com Abdeel da Silva Lima concedida a João Victor Jardim Mendonça. Iperó – SP, 2018

JV: João Victor Jardim Mendonça

AB: Abdeel da Silva Lima

JV: Quantas famílias estão envolvidas nessa parceria com o MICC?

AB: Aproximadamente 16. A gente trabalha com uma escala de produção. Primeiro: Foi muito importante o MICC. Começamos com o Flávio *lá trás*. Iniciamos o processo de certificação participativa e quando estávamos certificado com cerca de 7 ou 8 famílias, não tínhamos para quem vender, para quem entregar? Então esse era um entrave, por isso cessamos a questão da certificação e nos organizamos *diferente*. Temos um trabalho de confiança com o MICC, eu faço a parte técnica, realizando visitas e orientando o povo.

JV: Vocês têm um levantamento aproximando de quanto produzem?

AB: De cabeça assim é um pouco complicado, depois que começamos a fazer o trabalho com o MICC engrenamos um pouco os agricultores. Passamos a fazer a parceria com o GRU ((GRU é um grupo de consumo responsável situado em Diadema. O caminhão do MICC leva os produtos até eles que comercializam com seus consumidores)). Hoje em dia já temos um excedente.

JV: E como vocês se organizam? Com quinze famílias produtoras vocês se reúnem para essa escala produtiva?

AB: Incentivo sempre árvores frutíferas. É aquela planta que *dá* no período dela, e um dinheiro a mais para o produtor que vai ajudar ele. A frutífera *dá* sustentabilidade. A gente vê quem tem vontade e faz *as compra* tudo junto. Procuro viveiros mais baratos e compramos. Vou dar o exemplo da laranja, só esse ano compramos umas 500 mudas de laranja pokan e um pouco de goiaba. Nós temos o MICC que é uma renda fixa e isso ajuda muito.

JV: Você consegue mensurar esse ajuda do MICC em média?

AB: Dependendo do produtor uns R\$ 1.200,00 reais/mensais para o agricultor.

JV: Além do MICC, vocês também diversificam as vendas?

AB: A gente também estimula, as vendas institucionais como o PAA, que é limitado entre 100 e 200kg.

JV: E quantos kg são destinados para o MICC por semana?

AB: Aproximadamente 3.000 kg por semana. É bastante produto.

JV: O kit é composto por quais produtos?

AB: Alface, escarola, couve, vagem, berinjela, batata doce, mandioca, cenoura, laranja, goiaba, banana, tangerina pokan. Estamos trabalhando transição. Queremos trazer mais gente para a associação e isso só é possível a partir do que o pessoal vê. Se eu vejo meu vizinho melhorando, eu quero melhorar, principalmente no agrotóxico.

JV: E como tem sido esse processo de conscientização do produtor? Relativo também ao custo de produção? Plantar laranja orgânica é quanto mais caro que a laranja com veneno?

AB: É o seguinte. Vou dar um exemplo. A laranja é bem simples para fazer orgânico. Alguns itens são mais problemáticos. Se você não tiver um ambiente propício dá erva daninha e praga. O custo de produção aumenta na mão de obra. Um canteiro de alface não pode ser pulverizado, então tem que fazer na mão. Hoje nós temos filhos de assentados que estão voltando para o campo.

JV: E essa renda familiar é suficiente para toda a família.

AB: Amarrando o MICC e os institucionais ((PAA e merenda escolar)) dá para tirar uns 2.500 por mês.

JV: E o custo de produção?

AB: Trabalhamos com compostagem e cama de frango, *daí barateia*. O solo aqui é arenoso então tem que tratar. Precisa melhorar o solo: calagem, adubação verde e nutrição do solo como rotação de cultura.

JV: Como é cuidar dessas famílias? Se é que eu posso te chamar de presidente aqui da cooperativa.

AB: Ajudo esse povo que é muito conscientizado com relação ao orgânico, em uma relação de confiança. É um pouco corrido, visitar todas as propriedades. É preciso mostrar a viabilidade econômica. No assentamento tem muitos tomateiros, na base do veneno, que não põe na ponta do lápis quanto gasta.

JV: Para encerrar gostaria que falasse da ocupação dessa terra aqui.

AB: A maior dificuldade que encontramos no processo de ocupação foi a situação das famílias. Muitas não tinham o que comer, nem barracas para se alojar. Foi um processo muito difícil que durou alguns anos. Vivemos de doações e do pouco que conseguíamos plantar.

JV: E a relação com o MST? Ainda hoje estão juntos aqui com vocês?

AB: A juventude que cresceu no assentamento criou certa resistência ao MST, porque eles fazem um monopólio de lideranças e só beneficiam os mais chegados, o que é democraticamente errado, porque todos nós dormimos em lona e comemos a mesma comida que eles.

APÊNDICE C – Entrevista com Sonia Archila Del Vage concedida a João Victor Jardim Mendonça. Iperó – SP, 2017

Siglas: **JV** (João Victor Jardim Mendonça) e **DS**: Sônia Archilla Del Vage

JV: Dona Sônia, bom dia! Me conte um pouquinho sobre a história da sua família, como chegaram aqui?

DS: O meu marido o que tem 87 anos, doente e vive na roça.

JV: O que vocês produzem *lá* no seu sítio?

DS: De tudo um pouco, mandioca, produz alface, chicória, cenoura, tudo que tem de plantação a gente planta.

JV: Como é que vocês comercializam essa produção?

DS: O MICC ajuda bem, e tem ajudado mais agora, graças a Deus.

JV: Como é que funciona *lá* na propriedade, quem é que planta?

DS: Só eu e ele.

JV: De onde vem tanta vitalidade? Como é que aguenta?

DS: Tem que ter coragem meu filho! Se não tiver coragem não vai.

JV: No sítio, vocês *tiram* para subsistência (consumo próprio) e para a venda?

DS: Vende para o pessoal do MICC e eu crio uns franguinhos, umas galinhas e uns porquinhos. Quando nós estávamos com o Boa Ventura no comando ((um dos líderes do MST)) *não ia nem a pau*, lembra? Pelo amor de Deus. A gente queria se esforçar, mas não adiantava. Uns plantava outros não plantava.

JV: A senhora está aqui desde o início do assentamento (período de ocupação)?

DS: Eu cheguei em 1994, meu marido veio em 1992.

JV: Vieram pelas lutas do MST?

DS: Sim.

JV: Onde vocês moravam antes de vir para cá? Por onde passaram?

DS: Nessa época eu morava em Sorocaba, aqui próximo.

JV: Em Sorocaba, vocês moravam na cidade?

DS: Na cidade.

JV: E por que vieram para o campo?

DS: A cidade é meio perturbado, o salário é muito pouco, não tem como sobreviver.

JV: E a vinculação de vocês com o MST, como foi?

DS: Meu esposo falou com um pessoal da Igreja, que ajudou no processo.

JV: E como é que vocês sabem o que plantar, nesse esquema do MICC?

DS: A Andrea e o Abdeel que falam o que devemos plantar, eles ajudam muito!

JV: Quantas pessoas moram lá no sítio?

DS: Eu tenho uma filha que mora *lá*, comigo e com meu esposo. Só que ela é doente, tem problema de rim. Ela *faz aquela* hemodiálise, então não *dá* para fazer nada. Nunca trabalhou registrada e não consegue aposentar.

JV: Vocês comercializam só com o MICC?

DS: Não. Quando aparece alguém a gente vende, uma mandioca, uma alface, mas não vem muita gente, os que vem é da cidade.

JV: E suficiente para sobreviver?

DS: Tem que dar. Vocês têm que nos ajudar a aumentar o trabalho do MICC, que nos ajuda muito.